UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PIMES

POEMA ISIS ANDRADE DE SOUZA

**SETOR DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
DESIGUALDADE DE RENDA: UM ESTUDO PARA A REGIÃO
NORDESTE DO BRASIL A PARTIR DA MATRIZ INSUMO-
PRODUTO INTER-REGIONAL**

RECIFE – PE
2014

Poema Isis Andrade de Souza

**SETOR DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE DE
RENDA: UM ESTUDO PARA A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL A PARTIR DA
MATRIZ INSUMO-PRODUTO INTER-REGIONAL**

Orientador: Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto

Coorientador: Prof. Dr. Joaquim José Martins Guilhoto

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós- Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE) como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Economia.

Recife - PE

2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S729s

Souza, Poema Isis Andrade de

Setor de turismo, desenvolvimento econômico e desigualdade de renda: um estudo para a Região Nordeste do Brasil, a partir da matriz insumo-produto inter-regional / Poema Isis Andrade de Souza. - Recife: O Autor, 2014.

90 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto e Co-orientador Prof. Dr. Joaquim José Martins Guilhoto.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.

Inclui referências.

1. Turismo. 2. Renda - Distribuição. 3. Desenvolvimento econômico – Nordeste - Brasil. I. Silveira Neto, Raul da Mota (Orientador). II. Guilhoto, Joaquim José Martins (Co-orientador). III. Título.

331 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2014 – 142)

POEMA ISIS ANDRADE DE SOUZA

**SETOR DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE DE
RENDA: UM ESTUDO PARA A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL A PARTIR DA
MATRIZ INSUMO-PRODUTO INTER-REGIONAL**

Aprovado em: 18/07/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Zionam Euvécio Lins Rolim (Representante do Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. André Matos Magalhães (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima (Examinador Interno))
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Ignácio Tavares de Araújo Júnior (Examinador Externo))
Universidade Federal da Paraíba

Prof^o. Dr^a. Sônia Maria Pereira Oliveira Gomes (Examinador Externo))
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a proteção que tenho de Deus na minha vida, em todos os momentos.

Agradeço ao meu pai, Iapone, por sempre me incentivar a conquistar novos caminhos e pelo seu amor incondicional. Assim como agradeço também a todos os membros da minha família que querem o meu melhor e são os pilares na minha vida, em especial, minha mãe, meu irmão, Zuleide e tia Ilma.

Meus fortes agradecimentos ao meu orientador Prof. Raul da Mota Silveira Neto, por suas orientações com grande excelência, não apenas nesta tese de doutorado, mas desde o início da minha graduação, de forma ininterrupta.

Agradecimento muito especial ao meu coorientador, Prof. Joaquim Guilhoto da USP, por acreditar em minha capacidade e por sempre me apoiar, principalmente, no período em que fiz o seu curso de matriz insumo-produto na USP, onde fui muito bem recebida e me agregou muitos conhecimentos.

Agradecimentos a todos os membros do Nereus/USP pela atenção, receptividade e ajuda técnica, principalmente, Ana Maria Barufi, Juliana Scriptori e Rafael Perez.

Muito obrigada também aos meus amigos de São Paulo que foram minha família enquanto eu estava lá e fizeram daquele período uma etapa inesquecível da minha vida: Mario Fernandez, Ana Maria, Fernanda, Leonardo (Lek), Arnaldo, Gerardo, Vera e Perseu.

É muito importante agradecer também a todos os meus amigos que me incentivam a melhorar cada vez mais e me dão muita alegria, especialmente, a Lorena Cappuccio, Fernanda DeBastiani, Marcelo Bourguignon, Rachel, Ariane, Carla Calixto, Igor Ézio, Diego Firmino, Leandro Coimbra, André Melo, Gisléia Benini, Natasha Falcão e Michela Camboim.

Agradecimentos também aos professores e funcionários do PIMES que contribuem positivamente para a pós-graduação.

Por fim, gostaria de agradecer à Facepe pelo apoio financeiro recebido durante o doutorado e por acreditar que esta pesquisa tem relevância para a região Nordeste.

RESUMO

O setor de turismo tem chamado atenção no cenário internacional devido ao elevado crescimento das atividades turísticas no mundo. Nesse contexto, o Nordeste do Brasil possui grandes vantagens comparativas, pois é uma região com dotação de fatores propícios ao aproveitamento econômico dessas atividades, como, por exemplo, o litoral extenso formado por belas praias. Assim, neste estudo foram analisadas as participações das atividades turísticas na economia do Nordeste e suas relações intersetoriais, a partir de uma matriz insumo-produto inter-regional, referente ao ano de 2009, de forma inédita. Também foram levantadas informações referentes às características da mão de obra empregada no setor de turismo, com ênfase no estudo do nível de informalidade observada nas atividades turísticas. Por fim, foram investigados os impactos do aumento da demanda do turismo no Nordeste sobre a desigualdade de renda na região e no Brasil. Os resultados encontrados mostram uma participação do setor de turismo equivalente a 2,77% do PIB do Nordeste, enquanto que no Brasil essa participação foi de 2,27%. Assim, o setor de turismo foi mais importante para a economia nordestina, se comparado às demais regiões do país. Verificou-se, também, que o Nordeste tem um peso maior no setor de turismo do país, do que sua participação média na economia brasileira, em termos de emprego e renda. De fato, há evidências de uma especialização da economia nordestina no setor de turismo no país. Quanto ao nível de informalidade no turismo, percebeu-se um percentual de mão de obra informal no setor do turismo acima da média observada para o setor na economia brasileira e, além disso, acima da própria média de informalidade observada na economia Nordestina, que é caracterizada como a região mais informal do país. Na última parte deste estudo foi verificado um efeito positivo do setor de turismo sobre a redução da desigualdade de renda na região Nordeste e no Brasil.

Palavras-chaves: turismo, matriz insumo-produto, Nordeste do Brasil.

ABSTRACT

The tourism sector has emerged on the international scene due to the high growth of tourist activities in the world. In this context, the Northeast of Brazil has comparative advantages, because it has an extensive coastline with beautiful beaches. Therefore, in this study the participation of tourist activities in the Northeast economy and its relationships among sectors were analyzed from an inter-regional Input-Output Matrix, for the year 2009, in a pioneering way. In addition, information regarding the characteristics of the workforce employed in the tourism sector, with emphasis on the study of the observed level of informality in the sector were obtained. Finally, this study investigated the impacts of increased tourism demand in the Northeast on income inequality in that region and in the country. The results show a share of the tourism sector equivalent to 2.77% of GDP in the Northeast, while in Brazil this share was 2.27%. Thus, the tourism sector was more important for the Northeastern economy, compared to other regions of the country. It was found also that the Northeast has a higher weight in the tourism sector of the country, than your average share of the Brazilian economy in terms of employment and income. Indeed, there is evidence of the Northeastern economy specialization in the tourism sector in the country. Regarding the level of informality in tourism, the tourism sector was the participation of informal labor above the average observed for the sector in the Brazilian economy and, moreover, above average own informality observed in the Northeastern economy, which is characterized as the most informal of the country. In the last part of this study a positive effect of the tourism sector was observed on reducing income inequality in the Northeast and in Brazil.

Key-words: tourism, input-output matrix, Northeast of Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. ATIVIDADES DO TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1. O SETOR DE TURISMO E SEUS BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS	14
2.2. PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE A ECONOMIA DO TURISMO NO BRASIL	17
3. A DEMANDA TURÍSTICA NO BRASIL E NO NORDESTE: DIMENSÃO E DESEMPENHO RECENTE	21
4. METODOLOGIA	30
4.2. A MATRIZ INSUMO-PRODUTO INTER-REGIONAL	35
4.3. MULTIPLICADORES: INFLUÊNCIAS DO SETOR	36
4.4. OS ÍNDICES DE LIGAÇÃO HIRSCHMAN - RASMUSSEN: IMPORTÂNCIA DOS SETORES	38
4.5. MENSURAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA A PARTIR DA MIP INTER-REGIONAL	39
4.6. A BASE DE DADOS DA MIP INTER-REGIONAL PARA O TURISMO NO NORDESTE	40
5. ANÁLISE DE RESULTADOS I: DIMENSIONAMENTO DA ECONOMIA DO TURISMO	46
5.1. A ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA DO NORDESTE E O SETOR DE TURISMO	46
5.2. A DIMENSÃO DA ECONOMIA DO TURISMO NO NORDESTE	53
5.3. A INFORMALIDADE E CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES DO TURISMO NO NORDESTE	66
6. ANÁLISE DE RESULTADOS II: ANÁLISE DE IMPACTOS	76
6.1. IMPACTOS DO TURISMO NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO NORDESTE E SEUS EFEITOS MULTIPLICADORES	76
6.2. MULTIPLICADORES DE EMPREGO: FORMAL E INFORMAL	80
6.3. A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR DE TURISMO NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA	83
7. CONCLUSÕES	89
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A	95
APÊNDICE B	96
APÊNDICE C	97

1. INTRODUÇÃO

O setor turístico tem obtido destaque nos últimos anos devido às elevadas taxas de crescimento da demanda por viagens no âmbito internacional. A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2012) destaca a tendência favorável dos desembarques internacionais no mundo, que durante o período 1995-2011 apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 4%. Esse crescimento do turismo está positivamente relacionado ao desempenho da economia mundial e apresenta um comportamento de descentralização em relação às origens e destinos tradicionais, com maiores taxas de crescimento nos países emergentes.

No Brasil, a partir da abertura comercial no início da década de 1990, o crescimento do número de turistas estrangeiros também foi expressivo. Porém, no período mais recente entre 2000 e 2012, o país apresentou uma taxa de crescimento médio anual de turistas estrangeiros bastante tímida de apenas 1% (Ministério do Turismo do Brasil, 2012). Porém, de acordo com os dados do estudo Estatísticas Básicas do Turismo (Ministério do Turismo do Brasil, 2010), o Brasil, ao longo dos anos, nunca alcançou nem 1% do total do fluxo de turistas estrangeiros no mundo. Associado a esse fato, uma análise dos dados brasileiros também disponíveis no documento de Estatísticas Básicas do Turismo (Ministério do Turismo do Brasil, 2010), para o período de 1999-2009, revelou que o país apresenta um processo de perda de competitividade na atração de turistas internacionais, em relação a outras localidades da América do Sul.

Assim, as estatísticas apontam uma participação ainda "tímida" do país no turismo internacional. Os dados da OMT revelaram uma participação brasileira de 0,55% no total de visitantes estrangeiros no mundo em 2009, que correspondeu a um número total de 4.802.217 de visitantes internacionais. Esse fluxo de turista representou 23,42% do total de estrangeiros que desembarcaram na América do Sul. Vale salientar, desta forma, que há uma sub-representação brasileira no turismo internacional sul-americano, pois o Brasil é o maior país em extensão territorial e a maior economia da região. Portanto, quando se compara o peso do PIB brasileiro no PIB da América do Sul, para o ano de 2009, o país atinge uma participação de 56%, segundo os dados da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe, 2011).

Na comparação do desempenho brasileiro na recepção de turistas estrangeiros com a *performance* do México, país latino-americano que tem extensão territorial, número de habitantes e PIB menores do que o do Brasil, o turismo receptivo internacional mexicano alcançou 4,5 vezes

o número brasileiro, com um valor aproximado de 21,5 milhões de turistas, em 2009 (Ministério do Turismo do Brasil, 2010). Assim, embora o México tenha uma vantagem no turismo internacional devido à proximidade geográfica com os Estados Unidos, por exemplo, as informações anteriormente apresentadas deixam nítido o baixo aproveitamento das potencialidades brasileiras no turismo internacional.

Em relação ao turismo doméstico no Brasil, os dados disponíveis nas Estatísticas Básicas do Turismo (Ministério do Turismo do Brasil, 2011) mostram um desempenho mais favorável do setor de turismo brasileiro. No período 2000-2010, por exemplo, o crescimento de desembarques nacionais de passageiros em aeroportos teve uma taxa média de crescimento 9,4% ao ano. Esse indicador de desempenho das atividades atreladas ao turismo foi muito superior à média do crescimento econômico anual brasileiro nesse período, o que sugere grandes oportunidades de desenvolvimento do setor turístico com o fortalecimento do mercado interno.

Ainda em relação ao turismo doméstico, o estudo “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil-2007” (FIPE e Ministério do Turismo do Brasil, 2009) concluiu-se que 38,2% dos domicílios brasileiros realizaram alguma viagem no país, o que mostra uma potencialidade expressiva para o desenvolvimento do setor através do crescimento econômico do país.

Recentemente, alguns estudos corroboram com a ideia de que o turismo no Brasil pode desempenhar uma função relevante na geração de emprego e renda, redução da desigualdade e da pobreza no país. Um dos trabalhos pioneiros com este enfoque foi o de Casimiro Filho (2002), que analisou a contribuição do turismo na economia brasileira a partir da construção de uma matriz insumo-produto, o qual verificou uma participação do setor equivalente a 7,54% do PIB nacional em 1999, correspondendo a um total de 7 milhões de empregos diretos relacionados ao turismo.

O trabalho de Takasago et. al. (2010) também elaborou uma matriz insumo - produto para o setor turístico no Brasil, referente ao ano de 2006. Esse estudo teve uma vantagem sobre o de Casimiro Filho (2002) porque, além de ser mais atual, considerou os percentuais da mão de obra voltadas exclusivamente para o atendimento dos turistas, a partir de um levantamento do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Assim, por exemplo, do total dos alojamentos, 73% eram voltados para o turismo, já no que se refere ao setor de alimentação, esse percentual foi

de 11,92%. Esses ajustes permitiram uma estimativa mais precisa sobre a importância econômica do setor turístico na economia brasileira, que, em 2006, atingiu 5% do PIB nacional.

Em relação à importância do setor de turismo na redução da pobreza e desigualdade de renda, Takasago (2006) elaborou um estudo utilizando um modelo de equilíbrio geral para o ano de 2002. A partir desse trabalho, foi observado que um aumento exógeno da demanda doméstica por turismo no Brasil beneficia mais as famílias pobres brasileiras, pelo aumento da renda do trabalho e, conseqüentemente, com efeitos positivos sobre a redução da desigualdade de renda no país.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, porém com o enfoque na renda do trabalho, Souza e Silveira Neto (2008) encontraram evidências, para o período 2002-2006, de que a distribuição regional da renda do trabalho *per capita* das atividades do turismo esteve mais favorável aos estados brasileiros mais pobres do que a distribuição do total da renda do trabalho *per capita* dos demais setores econômicos juntos, sugerindo que as atividades turísticas têm um impacto positivo na redução das desigualdades de renda no Brasil.

Por conseguinte, o desenvolvimento das atividades turísticas parece ter um papel relevante na promoção do crescimento econômico, na geração de empregos e renda nas localidades menos desenvolvidas. É importante destacar, porém, que a OMT focaliza o desenvolvimento do turismo sustentável, uma vez que está relacionado com a exploração sustentável dos recursos naturais e dos valores culturais, com ênfase nos empreendimentos com grande capacidade de absorção da mão de obra local.

Nesse sentido, os potenciais impactos socioeconômicos positivos associados ao setor de turismo, amplamente mencionados pela OMT, referem-se à criação de empregos formais, principalmente através das pequenas e médias empresas (PMEs); geração de renda; obtenção de divisas; oportunidade de capacitação/treinamento da mão-de-obra; melhorias no acesso à saúde, educação e outros serviços básicos; fortalecimento da identidade sociocultural da localidade, conservação da biodiversidade, para a exploração econômica da atividade de forma sustentável.

No caso do Brasil, a abundância de recursos naturais, a formação histórico-cultural e o dinamismo econômico do país, entre outros aspectos, refletem a existência de uma grande quantidade de atrativos turísticos amplamente distribuídos em todo o seu território brasileiro. Sendo assim, os diversos estudos de demanda turística da Embratur/Mtur do Brasil disponíveis

no site do Ministério do Turismo, como o Estudo da Demanda Turística Internacional 2006-2012 (Ministério do Turismo do Brasil, 2013), apontam que a demanda turística mais expressiva dos turistas que visitam o país está em busca de lazer, e considera o turismo “sol e praia” como o principal atrativo brasileiro.

Nesse contexto, o Nordeste brasileiro se destaca por possuir o litoral mais extenso do país, composto por belas praias, e um clima quente, além dos diversos aspectos culturais inerentes à região, considerados atrativos turísticos com grandes potencialidades de aproveitamento econômico. Essa potencialidade turística do Nordeste pode ser aproveitada de forma a tornar-se um mecanismo voltado para a redução da desigualdade de renda e pobreza no Brasil, uma vez que o turismo tem potencialidades de crescimento e representa um setor onde a geração de emprego e de renda estão inteiramente baseados nas vantagens ou dotações locais de recursos, e a região nordestina brasileira concentra a maior proporção de pobres, alcançando aproximadamente 53% da pobreza no país em 2009 (IPEADATA¹), além de elevada desigualdade de renda.

Na verdade, apesar do fluxo de turistas no Brasil estar fortemente concentrado na região mais rica do país, o Sudeste, que foi responsável por 59% do total do turismo receptivo internacional no país em 2011 (Ministério do Turismo do Brasil/ Embratur, 2012), já se verifica um processo de desconcentração dos turistas em direção às regiões menos desenvolvidas do país. Assim, embora o Nordeste tenha representado apenas 7% na recepção total dos turistas internacionais no Brasil, em 2011, a região tem se sobressaído por apresentar uma das maiores taxas de crescimento do fluxo de turistas estrangeiros nos últimos anos.

Nota-se que, em relação ao turismo doméstico, as disparidades regionais são menores, e o Nordeste se destaca como a região preponderantemente receptora de turistas no último estudo disponível “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil 2010-2011” (Mtur/ FIPE, 2012). Neste estudo, o Nordeste teve uma participação de 30% no total de turistas brasileiros que viajaram dentro do país, ficando atrás apenas do Sudeste, que recebeu 36,6% desse fluxo. Portanto, as atividades turísticas na região Nordeste têm um maior destaque no turismo doméstico brasileiro, se comparado com a participação da região no turismo internacional do país. Isso possibilita um maior aproveitamento do mercado interno do turismo

¹ Ver o site www.ipeadata.gov.br.

pelo Nordeste, principalmente em relação ao Sudeste, que se destaca como a principal região emissora de turistas no país e poderá aumentar sua demanda pelos atrativos turísticos nordestinos.

É fato que o número de estudos sobre a mensuração dos impactos econômicos do setor turístico no Brasil ainda é limitado, o que torna indispensável o desenvolvimento de novas pesquisas voltadas para o setor, que poderão ser instrumentos adequados para a formulação de políticas públicas para o fortalecimento das atividades turísticas no país. Nesse sentido, o Nordeste apresenta limitações ainda maiores de dados referentes aos impactos socioeconômicos do turismo em relação ao que ocorre no Brasil. Desta forma, o presente trabalho pretende diminuir esta lacuna do número reduzido de estudos realizados sobre o setor de turismo na economia brasileira.

Desta maneira, apesar de haver algumas evidências dos efeitos positivos do turismo sobre a redução da desigualdade de renda, é preciso chamar a atenção para algumas características das ocupações no setor. Destaca-se, neste sentido, que o turismo apresenta elevada sazonalidade e informalidade, além de remunerações baixas, em relação ao setor de serviços (Souza e Silveira Neto, 2008). Associado a isso, os efeitos dessas atividades podem “vazar” para outras regiões, portanto, esse será um ponto abordado neste estudo.

Assim, com o objetivo de mensurar a contribuição econômica do turismo na região Nordeste, em termos de emprego e renda, contribuição das atividades turísticas na redução da desigualdade de renda do trabalho e caracterização da mão de obra empregada e seu nível de informalidade, pretende-se utilizar uma Matriz Insumo-Produto (MIP) inter-regional para o Brasil referente ao ano de 2009. A MIP inter-regional inclui informações intersetoriais da matriz insumo-produto, além de informações das Contas Econômicas Integradas, da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), que engloba aspectos de geração de renda entre os setores na economia. Neste trabalho, a MIP inter-regional irá incorporar também informações sobre a distribuição da renda do trabalho e o consumo do turismo por faixa de renda estabelecida, com o intuito de verificar os impactos das atividades turísticas nas remunerações dos trabalhadores no setor.

A MIP inter-regional brasileira permite analisar todas as relações entre os diversos setores econômicos estabelecidos e todas as regiões do país consideradas no estudo. Assim, é possível verificar os impactos de cada atividade sobre toda a economia brasileira, na geração de produção,

emprego e renda. Também, através da MIP será possível perceber como a renda do trabalho do turismo está distribuída entre as diversas classes de renda e como um aumento na demanda final do setor de turismo contribui para a redução na desigualdade de renda. Ainda será possível perceber o grau de informalidade no setor de turismo e o efeito multiplicador do setor informal considerando todas as relações intersetoriais na economia brasileira. Pode-se afirmar, então, que este estudo será inovador em relação aos principais estudos sobre a economia do turismo que utilizaram metodologias baseadas no modelo insumo-produto, como o estudo de Casimiro (2002) e Takasago (2006), porque será uma análise inter-regional, com um enfoque na região Nordeste, permitindo obter dados inéditos para a análise regional do turismo no país, além de dar um enfoque especial na participação da informalidade nas atividades turísticas e nos efeitos distributivos dessas atividades. Conclui-se, desta maneira, que as informações deste trabalho pretendem minimizar a escassez de dados e análises quantitativas do setor de turismo no Nordeste.

Além desta introdução, a estrutura desta tese segue da seguinte forma. O capítulo 2 traz uma revisão de literatura sobre a relação entre o setor de turismo e o desenvolvimento econômico. O capítulo 3 contém um panorama sobre a demanda turística no Brasil e no Nordeste. O capítulo 4 apresenta a metodologia referente ao modelo insumo-produto. O capítulo 5 traz a análise da primeira parte dos resultados, que se refere ao dimensionamento da economia do turismo no Brasil, com destaque para a região Nordeste, além de incluir também a caracterização da mão de obra ocupada nas atividades turísticas. O capítulo 6 contém a segunda parte da análise de resultados, com a análise de impactos do setor de turismo sobre a geração de emprego, renda, nível de informalidade e, por fim, sobre a desigualdade de renda. Por fim, o capítulo 7 traz as considerações finais deste estudo.

2. ATIVIDADES DO TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo pretende fazer uma breve revisão de literatura sobre o setor de turismo e seus principais impactos socioeconômicos no âmbito internacional e no Brasil. Assim, também foram destacados estudos recentes que se utilizaram do referencial teórico do modelo insumo-produto, matriz de contabilidade social e modelo de equilíbrio geral. Ou seja, houve uma busca por resultados de trabalhos com metodologias compatíveis a deste estudo em questão.

2.1. O SETOR DE TURISMO E SEUS BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS

Característico de uma sociedade de consumo, o turismo como um todo estruturado é um produto composto por bens e serviços, tangíveis e intangíveis. Assim, o produto turístico inclui recursos e atrativos naturais e artificiais, equipamentos e infraestrutura, serviços, atitudes recreativas imagens e valores simbólicos, constituindo-se num conjunto de determinados benefícios capazes de atrair certos grupos de consumidores em busca de uma satisfação das suas motivações e expectativas (DROULERS e MILANI, 2002, apud MAMBERTI e BRAGA, 2004, pág.3).

A exploração do turismo traz diversos benefícios econômicos traduzidos, especialmente, em termos de geração de renda, emprego e acumulação de divisas, como resultado, principalmente, da exploração da dotação de recursos locais (recursos naturais, aspectos históricos e culturais). Outro benefício das atividades turísticas, que tem sido bastante enfatizado em anos mais recentes, é a relevância do turismo na redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Destaca-se, neste sentido, que o mais importante impacto pró-pobre do turismo é resultante da maior criação de oportunidades de emprego para os grupos mais “vulneráveis” da sociedade através produção de bens e serviços turísticos (Ashley et al, 2000, *apud* Croes e Vanegas, 2008).

Todavia, é preciso ter noção de que a renda gerada pela atividade turística pode ter uma distribuição desigual, concentrando-se nos grupos de empreendedores em detrimento da

população local. Adiciona-se a isso, o fato do emprego poder estar fortemente amparado na mão-de-obra migrante, em vez da utilização da força de trabalho local (Neri e Soares, 2008).

O conceito do turismo sustentável prioriza que a geração de emprego e renda que tenham uma elevada participação da sociedade local e uma distribuição de renda de forma mais equitativa. Associado a isso, há uma preocupação com a preservação ambiental, cultural e melhorias na qualidade de vida da população nativa. Desta forma, o aproveitamento econômico do turismo de forma sustentável é o conceito mais difundido pela Organização Mundial do Turismo e deve ser visto como uma ferramenta eficaz na redução da pobreza e desigualdade de renda, conforme é divulgado pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2009).

Ainda em relação aos benefícios econômicos do setor de turismo, alguns estudos mencionados no trabalho de Croes e Vanegas (2008) encontraram uma correlação positiva entre turismo e crescimento econômico na Espanha, China, Aruba, Grécia, Coréia do Sul, Nicarágua e Taiwan. Todavia, ainda existem poucos estudos que mostram a relação entre o desenvolvimento do setor turístico e o crescimento econômico de um país e, particularmente, sobre o impacto do turismo na redução da desigualdade de renda.

Blake et al. (2008) destacam os canais pelos quais o setor turístico pode influenciar o nível de pobreza e distribuição de renda em uma região, são eles: preços dos bens e serviços, rendimentos e receitas do governo. Então, através do modelo de equilíbrio geral, que inclui esses canais de transmissão, é possível quantificar os efeitos do turismo sobre a pobreza e desigualdade de renda. O trabalho de Blake foi realizado para o Brasil e, a partir dele, foi encontrado que o setor de turismo beneficia a população de baixa renda e apresenta forte potencial na redução da desigualdade de renda no país.

Embora vários estudos demonstrem os efeitos positivos das atividades turísticas, existem algumas barreiras que impedem que o turismo seja um instrumento eficaz na redução da pobreza, entre elas: falta de acesso das atividades turísticas informais aos programas do governo; o baixo acesso ao crédito que limita a participação do pobre na economia do turismo; capacidade de organizações restrita dos órgãos governamentais e não governamentais de aproveitar as potencialidades do desenvolvimento do turismo; infraestrutura inadequada nas áreas pobres necessárias ao setor turístico (Jamieson et al, 2009).

Alguns trabalhos realizados com o intuito de mensurar o impacto do turismo na economia utilizaram o modelo insumo-produto, porque a partir dessa metodologia é possível calcular o impacto do setor turístico e suas relações intersetoriais, como por exemplo, na produção total e no nível de empregos.

Archer (1996) discute as limitações das informações setoriais, que muitas vezes são escassas ou muito agregadas, para uma análise precisa do modelo insumo-produto não apenas do setor turístico em um país ou região, mas, para a análise insumo-produto em geral.

Frechtling e Horvath (1999) fizeram um estudo através da matriz insumo-produto para estimar o impacto do turismo na economia de Washington D.C, nos EUA. Os resultados encontrados mostraram que o multiplicador da atividade sobre o nível de emprego é elevado, cerca de 3/4 a mais do que o coeficiente observado para as atividades industriais.

Surugiu (2009) utilizou o modelo insumo-produto para estimar o impacto de hotéis e restaurantes na economia da Romênia, através do cálculo dos multiplicadores de emprego e renda, comparando os anos de 2000 e 2005. No caso da Romênia, um aumento de 1% na demanda de turistas gerou um aumento de 0,942% na demanda final, em 2005. Esse valor foi considerado baixo pelo autor, visto que em outras localidades esse valor poderia ser o dobro, se fossem considerados os serviços de transporte, por exemplo.

O Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (INEGI, 2014) divulgou informações recentes sobre a participação do setor de turismo na economia mexicana, em 2012, comparando-o com o peso do setor turístico em alguns países importantes no turismo mundial. Assim, foi observado que as atividades turísticas atingiram uma participação de 8,4% no PIB da economia mexicana, valor superior ao observado no principal país receptor de turistas estrangeiros no mundo, a França, em que o setor atingiu 7,3% do PIB nacional. A FIGURA 1 traz essas informações sobre o peso das atividades turísticas na geração do PIB de alguns destinos internacionais.

FIGURA 1 – Participação do PIB turístico no PIB nacional em alguns países - 2012

Fonte: INEGI (2014).

2.2. PRINCIPAIS ESTUDOS SOBRE A ECONOMIA DO TURISMO NO BRASIL

No Brasil, o número de estudos sobre os impactos socioeconômicos do turismo ainda é reduzido, apesar do país apresentar um crescimento considerável da atividade nos últimos anos. Nesse sentido, como o intuito de mensurar a importância econômica do setor turístico no Brasil, Casimiro Filho (2002) estimou os impactos do turismo na economia brasileira no ano de 1999, através do modelo insumo-produto, e constatou que o setor representava 7,54% do PIB nacional e 12,2% do total de empregos do país. Além disso, o autor verificou, também, que o turismo doméstico e o internacional têm diferentes impactos sobre a geração de empregos, impostos indiretos líquidos, renda das famílias e o valor adicionado. No estudo de Casimiro Filho (2002) foram enfatizados maiores benefícios da demanda turística doméstica em relação à demanda internacional, porque, de fato, a magnitude do fluxo de turistas domésticos no Brasil é maior do que o fluxo do turismo receptivo internacional.

A partir da FIGURA 2, percebeu-se que a atividade de transporte municipal de passageiros foi a mais importante no setor turístico, em 2006, com um peso de 22,6% no total do valor adicionado, seguida da atividade de hospedagem com 13,7%. Ainda, no mesmo estudo, Takasago et al. (2010) mostraram que a participação do turismo no PIB nacional, quando se consideram apenas os serviços turísticos chegou a 2,3%. Porém, quando são incluídos, tanto os insumos usados pelo turismo, quanto os outros serviços da economia que são demandados por conta das atividades turísticas, essa contribuição alcança 5,0%.

Souza e Silveira Neto (2008) constaram que no período 2002-2006, a distribuição regional da renda do trabalho *per capita* das atividades do turismo no Brasil esteve mais favorável aos estados mais pobres do que a distribuição do total da renda do trabalho *per capita* dos demais setores da economia, o que sugere a importância do turismo como uma ferramenta para redução da desigualdade de renda.

Outro estudo recente elaborado por Haddad et al. (2013) analisou os efeitos do turismo doméstico no Brasil, a partir de um modelo de equilíbrio geral computável, considerando as diferentes estruturas de consumo do turismo inter-regional doméstico brasileiro, e diferentes fontes de financiamento do consumo do turismo, que poderia ser através da redução da poupança ou do consumo de outros bens e serviços. O resultado final apontou os efeitos positivos do turismo na redução da desigualdade inter-regional de renda no Brasil, com os maiores ganhos líquidos para a região Nordeste.

Estudos mais específicos sobre a importância do turismo nos estados do Nordeste são ainda mais escassos. Neste sentido, vale a pena mencionar o estudo realizado por Teixeira e Soares (2000), em que foi utilizado o modelo insumo-produto para estimar os impactos do programa governamental de desenvolvimento do turismo, Prodetur – CE, na economia cearense. A partir do total de investimentos previstos nos projetos selecionados da ordem de R\$ 113.467.562,00, os impactos alcançados na economia seriam de R\$ 153.016.237,20 no produto e de R\$ 92.719.677,89 na renda do Ceará.

Desta forma, ainda, não foi realizado nenhum estudo através da utilização da matriz insumo-produto inter-regional com ênfase no setor de turismo no Nordeste, sobretudo incluindo aspectos distributivos de renda. Os dados da MIP permitirão obter todas as relações econômicas das atividades turísticas no Nordeste como valor de produção, PIB, valor adicionado, geração de

impostos, geração da renda do trabalho, componentes da demanda final e suas as relações intersetoriais, entre outras. Portanto, a partir da proposta deste trabalho, pretende-se analisar os benefícios setoriais do turismo na economia nordestina, incluindo os impactos sobre a distribuição de renda, através do cálculo do índice de Gini, e o nível de informalidade, de forma inédita. Em trabalhos anteriormente publicados, a ênfase foi dada ao desempenho do setor de turismo no Brasil, porém, deve-se salientar que as estruturas produtivas são bastante distintas entre as macrorregiões do país, o que gera impactos setoriais espacialmente diferenciados. No caso particular do Nordeste, pode-se dizer que ainda é bastante limitado o número de estudos especializados sobre os impactos do setor de turismo na região, embora as atividades turísticas apresentem grandes potencialidades de exploração econômica.

3. A DEMANDA TURÍSTICA NO BRASIL E NO NORDESTE: DIMENSÃO E DESEMPENHO RECENTE

Este capítulo apresenta uma análise recente do fluxo de turistas estrangeiros e domésticos que visitaram o Brasil e, mais especificamente, a região Nordeste do país. A abordagem destaca o potencial turístico brasileiro e a tendência de crescimento nas suas macrorregiões.

Antes de iniciar a apresentação do panorama do turismo no Brasil, vale destacar o comportamento do setor no âmbito internacional. Neste sentido, é importante salientar que a atividade turística vem apresentando uma *performance* de crescimento bastante favorável nas últimas décadas no mundo. Nesse contexto, a Organização Mundial do Turismo disponibilizou recentemente alguns dados sobre o setor no documento denominado *Tourism Highlights 2013*, destacando estimativas da participação do turismo no PIB mundial, no total de empregos, nas exportações, além da evolução no número de turistas estrangeiros e a perspectiva para os próximos anos, que podem ser observadas na TABELA 1, a seguir.

TABELA 1 – Informações sobre a participação do turismo na economia mundial

PESO DO TURISMO	MAGNITUDE
PIB mundial (2012) (efeitos diretos, indiretos e induzidos)	9%
Empregos (2012)	1 em cada 11 empregos na economia, aproximadamente 9%.
Exportações (2012)	1,3 trilhões de dólares, equivalente a 6% das exportações mundiais.
Turistas internacionais (2012)	1,035 bilhões
Turistas domésticos	Cerca de 6 bilhões
Projeção do número de turistas internacionais em 2030	1,8 bilhões

Fonte: Elaboração própria. Dados da OMT (2013).

A OMT (2013) também destacou que a perspectiva de crescimento anual médio do desembarque de turistas no mundo no período entre 2010 e 2030 ficará em torno de 3,3%, enquanto que nos países emergentes essa taxa poderá atingir 4,4%. Ainda, de acordo com o estudo da OMT (2013), o turismo internacional cresceu a uma taxa de 4%, em 2012, e nesse contexto, a América do Sul apresentou um crescimento superior a média internacional, atingindo 4,8%. Os países sul-americanos que tiveram as maiores taxas de crescimento foram Venezuela (+19%), Chile (+13%), Equador (+11%), Paraguai (+11%) e Peru (+10%). Já o Brasil obteve uma taxa de crescimento do turismo internacional abaixo da média da América do Sul, com apenas 4,5%. A TABELA 2 mostra a evolução do fluxo de turistas estrangeiros por continente nos últimos anos.

TABELA 2 – Evolução do fluxo de turistas estrangeiros por continente

	Desembarque de turistas estrangeiros (valores em milhões)			Variação anual (%)		
	2010	2011	2012	10/09	11/10	12*/11
Mundo	949,0	994,9	1035,2	5,5	4,7	4,0
Europa	485,6	516,4	534,2	3,0	6,4	3,4
Ásia e Pacífico	205,1	218,2	233,6	13,2	6,4	7,0
África	49,9	49,4	52,4	8,7	-0,8	5,9
Oriente Médio	58,2	54,9	52,0	17,2	-14,1	-2,0
América	150,4	156,0	163,1	6,4	3,7	4,6
América do Sul	23,6	25,5	26,7	10,2	7,8	4,8

Fonte: Elaboração própria. Dados da OMT (2013).

Uma observação importante para se destacar neste estudo é a posição do Brasil como destino internacional entre os países da América do Sul. Embora o país seja o maior receptor de turistas estrangeiros no continente sul-americano, a taxa de crescimento médio anual de fluxo de turistas estrangeiros que visitam o país nos últimos anos ficou entre as mais baixas da região, conforme pode ser visto na TABELA 3, a seguir, que contém dados sobre o fluxo de turistas estrangeiros e receitas geradas pelo turismo internacional em cada país da América do Sul, com exceção da Guiana Francesa, que não tem informações disponíveis na OMT (2013).

TABELA 3 – Evolução do fluxo de turistas e receita do turismo internacional na América do Sul

Desembarque de turistas estrangeiros								Receitas do turismo em milhões de dólares			
(valores em mil)			Variação (%)								
	2010	2011	2012	10/09	11/10	12*/11	Participação (%) no turismo total da América	2010	2011	2012	Participação (%) no turismo total da América
América do Sul	23.614	25.456	26.673	10,2	7,8	4,8	16,4	20.189	23.084	23.705	11,1
Argentina	5.325	5.705	5.599	23,6	7,1	-1,9	3,4	4.942	5.354	4.895	2,3
Bolívia	807	946	-	20,2	17,2	-	-	379	481	532	0,3
Brasil	5.161	5.433	5.677	7,5	5,3	4,5	3,5	5.702	6.555	6.645	3,1
Chile	2.801	3.137	3.554	1,5	12	13,3	2,2	1.645	1.889	2.201	1
Colômbia	2.385	2.045	2.175	3,6	-14,3	6,4	1,3	2.083	2.201	2.351	1,1
Equador	1.047	1.141	1.272	8,1	9	11,5	0,8	781	843	1.026	0,5
Guiana	152	157	-	7,7	3,3	-	-	80	-	-	-
Paraguai	465	524	579	5,9	12,6	10,6	0,4	217	261	239	0,1
Peru	2.299	2.598	2.846	7,4	13	9,5	1,7	2.008	2.36	2.657	1,2
Suriname	204	220	240	35,9	7,9	8,9	0,1	61	61	-	-
Uruguai	2.349	2.857	2.695	14,3	21,6	-5,7	1,7	1.509	2.203	2.076	1
Venezuela	526	595	710	-14,5	13	19,3	0,4	740	739	844	0,4

Fonte: Elaboração própria. Dados da OMT (2013).

A partir da TABELA 3, pode-se constatar que o Brasil apresenta uma participação de 3,5% do turismo receptivo internacional do continente americano. Na América do Sul, o peso do Brasil foi equivalente a 21% do total de turistas estrangeiros que visitaram a região, o que o torna o principal destino sul-americano. As receitas provenientes do turismo internacional no Brasil foram equivalentes a 6,645 bilhões de dólares em 2012 e também apresentaram uma tendência crescente nos últimos anos.

Em um olhar mais minucioso sobre a tendência do turismo internacional no Brasil constata-se que, no período entre 1990 a 2012, o fluxo de turistas estrangeiros que visitaram o país cresceu a uma taxa média anual de 8%. Entretanto, deve-se destacar que a grande parte do crescimento do fluxo de turistas internacionais no Brasil se concentrou entre 1990-2000, com uma taxa de 17% a.a. Assim, a partir do ano 2000 até 2012, o número de turistas estrangeiros cresceu a uma taxa de apenas 1% ao ano, o que pode mostrar uma perda de competitividade do país na recepção de turistas internacionais. A FIGURA 3, a seguir, mostra a evolução do número de turistas internacionais no país entre 2003 e 2012.

FIGURA 3 – Evolução do turismo receptivo internacional no Brasil

Fonte: Elaboração própria, dados da EMBRATUR.

A FIGURA 3 deixa claro que o fluxo de turistas internacionais no Brasil decresceu em 2009, devido à crise financeira mundial, porém, voltou crescer a partir de 2010, com uma taxa média anual de 5,7%.

No estudo do panorama do turismo internacional no Brasil é importante destacar a participação de cada região no turismo receptivo internacional do país, e sua evolução entre 2003 e 2011. Desta forma, a FIGURA 4 contém essas informações.

FIGURA 4 – Participação de cada região no turismo receptivo internacional do Brasil

Fonte: Elaboração própria, dados da EMBRATUR.

A FIGURA 4 traz a informação de que o Nordeste é a terceira região mais importante na recepção de turistas estrangeiros no Brasil. Todavia, deve-se destacar que há uma concentração bastante acentuada nas regiões Sudeste e Sul do país, que juntas corresponderam a mais de 90% de participação no turismo receptivo internacional entre 2003 e 2011.

Embora o Nordeste ainda apresente uma participação “tímida” no turismo receptivo internacional brasileiro, a região tem se destacado por apresentar a segunda maior taxa de crescimento de turistas estrangeiros entre 2003 e 2011, de aproximadamente 6%, ficando atrás apenas da região Centro-Oeste do país, que obteve uma taxa de 14,5%.

As potencialidades da região Nordeste estão relacionadas principalmente ao atrativo turístico “sol e praia” para os turistas que buscam lazer, (Ministério do Turismo do Brasil, 2013). Assim, a região pode ser tornar um destino turístico de maior relevância no turismo receptivo brasileiro, inclusive porque as condições climáticas proporcionam uma temperatura elevada basicamente durante todo o ano na região. Segundo a OMT (2013), os turistas estrangeiros que buscam lazer são a maioria, e equivalem a 52% do total. Já os turistas que viajam a negócio representam 14%, os que viajam por motivos de religião ou saúde equivalem a 27%, e os outros motivos não especificados correspondem a 7%.

O turismo receptivo internacional do Nordeste concentra-se fortemente em apenas quatro estados da região: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. Vale salientar que esses estados contêm as principais rotas de voos internacionais na região e são considerados, portanto, os maiores portões de entrada dos turistas estrangeiros no Nordeste. Porém, é importante destacar que os dados disponíveis da EMBRATUR sobre o fluxo de turistas estrangeiros no Nordeste se referem a apenas esses estados nordestinos, o que limita a análise do turismo internacional da região. Assim, percebe-se que no período de 2003-2011, o principal destino de turistas internacionais na região foi a Bahia. A taxa de crescimento do fluxo de turistas estrangeiros na Bahia foi a mais elevada na região, uma média anual de 13,5%, entre 2003 e 2011, enquanto o Nordeste foi de 5,9%. A TABELA 4, a seguir, traz os números de turistas estrangeiros que visitaram o Nordeste, segmentado por estado receptor, entre 2003 e 2011.

TABELA 4 – Fluxo de turistas estrangeiros no Nordeste, por Unidade da Federação (UF)

UF/Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ceará	76.795	112.081	113.592	108.050	105.284	98.590	98.882	95.786	97.553
Rio Grande do Norte	45.588	89.229	113.412	117.688	108.474	70.541	54.211	46.578	44.235
Pernambuco	62.257	76.537	90.836	72.131	68.345	81.715	88.818	85.336	79.835
Bahia	60.241	130.984	138.959	178.862	193.867	178.571	143.509	165.966	166.278
Nordeste	244.881	408.831	456.799	476.731	475.970	429.417	385.420	393.666	387.901

Fonte: Elaboração própria, dados da EMBRATUR.

A partir da TABELA 4 pode-se perceber que há inconsistências em alguns dados levantados pela EMBRATUR, como por exemplo, o aumento de 117% no fluxo de turistas estrangeiros na Bahia entre 2003 e 2004.

De acordo com a FIGURA 5, a seguir, percebe-se que a Bahia se tornou o principal destino do turismo internacional no Nordeste, com um aumento de participação de 25%, em 2003, para 43%, em 2011. Esse aumento de peso da Bahia na recepção de turistas estrangeiros significou perda de participação dos demais estados, principalmente do Rio Grande do Norte.

FIGURA 5 – Participação de cada estado nordestino no fluxo de turistas internacionais no Nordeste

Fonte: Elaboração própria, dados da EMBRATUR.

Em relação ao turismo doméstico, o estudo “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil 2010-2011” (Mtur/ FIPE, 2012) estimou que ocorreram

190.884.000 de viagens domésticas no Brasil, em 2011, como pode ser observado na TABELA 5, a seguir.

TABELA 5 – Informações sobre o turismo doméstico brasileiro

ITENS	2005	2007	2011
Nº de Domicílios Total (em 1.000)	42.196	47.856	49.227
<i>variação (%)</i>		13,4	2,9
Propensão a Viajar	37,3%	38,2%	44,0%
<i>variação (%)</i>		2,4	15,2
Domicílios com viajantes (em 1.000)	15.739	18.281	21.660
Nº médio de viajantes/domicílio	2,72	2,72	2,72
Nº de Viajantes (em 1.000)	42.810	49.724	58.915
Nº médio de viagens	3,24	3,24	3,24
Nº Total de Viagens (em 1.000)	138.706	161.107	190.884
<i>Taxa de Crescimento (em %)</i>		16,2	18,5

Fonte: Mtur/Fipe(2012)

A TABELA 5 apresentada também mostrou que os números relacionados ao mercado do turismo doméstico brasileiro estão favoráveis, e no período 2005-2011, houve um crescimento de viagens realizadas por residentes dentro do país, que atingiu 18,5% no último ano.

O Nordeste, nesse contexto, se apresentou como a segunda região mais importante na recepção de turistas brasileiros, com um peso de 30% no fluxo total, conforme pode ser visto na TABELA 6, a seguir.

TABELA 6 – Fluxo de Turistas domésticos entre as regiões brasileiras 2010-2011

Origens e destinos das V. Domésticas, por Região (%)						
Região de Origem	Região de destino					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Centro-Oeste	5,0	1,7	0,5	2,0	0,7	9,9
Nordeste	0,9	21,5	0,6	2,4	0,4	25,8
Norte	0,7	0,8	3,6	0,6	0,2	5,9
Sudeste	2,8	5,2	0,4	29,0	3,4	40,8
Sul	0,6	0,8	0,1	2,4	13,8	17,7
Total	9,9	30,0	5,1	36,5	18,5	100,0

Fonte: Mtur/Fipe(2012)

A TABELA 7, apresentada, a seguir, revela que os principais destinos na região Nordeste para o turismo doméstico seguem o mesmo padrão do turismo receptivo internacional, destacando os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, respectivamente, em termos de maior relevância na atração de turistas.

TABELA 7 – Participação dos estados do Nordeste no Fluxo de Turistas Domésticos Brasileiro, período 2010/2011.

	Peso no Brasil (%)	Peso na região NE (%)
AL	1,5	5,0
BA	7,8	26,1
CE	5,5	18,4
MA	2,4	8,0
PB	2,1	7,0
PE	4,8	16,1
PI	2	6,7
RN	2,8	9,4
SE	1	3,3
Nordeste	30	100

Fonte: elaboração própria. Dados do Mtur/Fipe(2012)

Vale ressaltar que há uma maior desconcentração do fluxo de turistas domésticos, se comparado com o turismo internacional. Assim, o aumento de participação dos demais estados da região Nordeste favorece o aproveitamento das potencialidades dos demais estados nordestinos no turismo nacional.

Por outro lado, o maior fluxo de turistas domésticos que visitam o Nordeste é proveniente dos estados da própria região, segundo o Mtur/FIPE (2012), e correspondeu a 75,5% do total dos turistas domésticos no território nordestino. Esse comportamento também é observado nas outras regiões brasileiras, em que, regularmente, a maior parte dos turistas domésticos vem da própria região.

A segunda região brasileira mais importante na emissão de turistas para o Nordeste é o Sudeste, responsável por 17,4% do fluxo total na região. O aumento de participação da região Sudeste como emissora de turistas para o Nordeste poderá ser uma importante ferramenta de transferência de renda inter-regional, visto que, o PIB *per capita* do Sudeste é o maior do país. A FIGURA 6 contém a participação de cada região brasileira na emissão de turistas para o Nordeste.

FIGURA 6 – Emissores de turistas para o Nordeste, por região brasileira.

Fonte: Elaboração própria, dados da EMBRATUR.

Neste capítulo foi apresentado um panorama do setor de turismo no Brasil e no Nordeste. Desta maneira observou-se que o país ainda tem uma participação pouco expressiva no fluxo de turistas estrangeiros mundial, porém, há perspectivas positivas para o aumento de participação do turismo brasileiro nesse cenário, em consonância com a tendência internacional de crescimento desse setor, uma vez que o país tem uma quantidade elevada de atrativos turísticos.

Verificou-se, ainda, que entre as macrorregiões brasileiras, o Sudeste teve um maior peso na recepção de turistas estrangeiros, seguido das regiões Sul, Nordeste e Norte, respectivamente. Embora o Nordeste tenha ficado na terceira posição no número de turistas estrangeiros internacionais, a região é a segunda maior receptora de turistas domésticos no Brasil, ficando atrás apenas no Sudeste.

Por fim, percebeu-se que o turismo receptivo doméstico no Nordeste está menos concentrado entre os estados da região, em relação ao turismo receptivo internacional, que se concentra fortemente em apenas quatro estados, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, e poderá promover as atividades turísticas de forma mais desconcentrada na região.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentadas as metodologias relativas ao modelo insumo-produto. A análise através da matriz insumo-produto foi desenvolvida de forma pioneira por Wassily Leontief, em 1936. A partir do modelo insumo-produto é possível verificar as relações intersetoriais na economia, permitindo-se o estudo da importância de setores específicos, por exemplo, no que diz respeito à produção total, emprego, arrecadação tributária, renda (Guilhoto, 2011).

A composição deste capítulo está estruturada em 6 seções. A primeira seção faz uma revisão do modelo básico de insumo-produto. A segunda seção apresenta o modelo insumo-produto inter-regional. A seção 3 traz a metodologia de cálculo dos impactos setoriais através dos multiplicadores. A seção 4 contém os conceitos dos índices de ligação Hirschman – Rasmussen. A Seção 5 apresenta a metodologia utilizada para analisar a desigualdade de renda.

4.1. O MODELO BÁSICO DE INSUMO-PRODUTO

A matriz insumo-produto mostra que a produção total é utilizada, em parte, como insumos direcionados aos diversos setores e, também, destinada para atender a demanda final (consumo das famílias, investimentos, gastos do governo e exportações). O valor de produção total gerado também pode ser compreendido como resultante da utilização de insumos nacionais e produtos importados, pagamento de impostos e geração do valor adicionado (inclui todas as remunerações dos fatores) na produção dos bens e serviços na economia. Assim, para todo valor produzido por setor tem-se um nível de mão de obra empregada. O QUADRO 1 exemplifica uma matriz insumo-produto.

QUADRO 1 – Matriz Insumo-Produto com 2 setores

	Setor 1	Setor 2	Consumo Famílias	Governo	Investimento	Exportações	Total
Setor 1	Z_{11}	Z_{12}	C_1	G_1	I_1	E_1	X_1
Setor 2	Z_{21}	Z_{22}	C_2	G_2	I_2	E_2	X_2
Importação	M_1	M_2	M_c	M_g	M_i		M
Impostos	T_1	T_2	T_c	T_g	T_i	T_e	T
Valor adicionado	W_1	W_2					W
Total	X_1	X_2	C	G	I	E	

Fonte: Guilhoto et al.(2010).

Em que:

Z_{ij} é o fluxo monetário entre os setores i e j ;

C_i é o consumo das famílias dos produtos do setor i ;

G_i é o gasto do governo junto ao setor i ;

I_i é a demanda por bens de investimento produzidos no setor i ;

E_i é o total exportado pelo setor i ;

X_i é o total de produção do setor i ;

T_i é o total de impostos indiretos líquidos pagos por i ;

M_i é a importação realizada pelo setor i ;

W_i é o valor adicionado gerado pelo setor i .

A partir do Quadro 1 apresentado, as identidades contábeis que compõem a produção total pela ótica das despesas e pela ótica de seus custos podem ser igualadas, conforme pode ser observado abaixo:

$$X_1 + X_2 + C + G + I + E = X_1 + X_2 + M + T + W \quad (1)$$

Na reorganização da equação 1, chega-se à seguinte identidade:

$$C + G + I + (E - M) = T + W \quad (2)$$

A partir das equações apresentadas, pode-se representar o valor de produção total da economia com “n” setores da seguinte forma:

$$\sum_{j=1}^n z_{ij} + c_i + g_i + I_i + e_i \equiv x_i \quad (3)$$

$$i = 1, 2, \dots, n$$

Sendo:

z_{ij} é a produção do setor i que é utilizada como insumo intermediário pelo setor j ;

c_i é a produção do setor i que é consumida domesticamente pelas famílias;

g_i é a produção do setor i que é consumida domesticamente pelo governo;

I_i é a produção do setor i que é destinada ao investimento;

e_i é a produção do setor i que é exportada;

x_i é a produção domestica total do setor i .

O modelo de Leontief assume uma relação constante entre os insumos utilizados em cada setor e a produção total do setor, que foi denominado de coeficiente técnico de produção (a_{ij}), com a seguinte notação:

$$a_{ij} = \frac{z_{ij}}{x_j} \quad (4)$$

Desta forma, as relações econômicas passaram a ser expressas transformando o consumo z_{ij} numa relação entre os coeficientes técnicos e os valores de produção de cada setor, além, de agregar todos os componentes da demanda final na variável y_i da seguinte maneira:

$$\sum_{j=1}^n a_{ij} x_j + y_i \equiv x_i \quad (5)$$

$$i = 1, 2, \dots, n$$

Em que:

a_{ij} é o coeficiente técnico que indica a quantidade de insumo do setor i necessária para a produção de uma unidade de produto final do setor j e y_i é a demanda final por produtos do setor i , isto é, $c_i + g_i + I_i + e_i$.

A equação 5 pode ser expressa na forma matricial, passando a ser representada por:

$$Ax + y = x \quad (6)$$

Sendo A uma matriz de coeficientes diretos de insumos de ordem $(n \times n)$, x e y são vetores colunas de ordem $(n \times 1)$.

Com o intuito de obter a relação entre o nível de produção para satisfazer a demanda final, foi desenvolvida a seguinte equação:

$$x = (I - A)^{-1} y \quad (7)$$

A matriz $(I - A)^{-1}$ é denominada matriz de coeficientes diretos e indiretos, ou a matriz de Leontief, que passa a ser representada por B . Assumindo-se, $B = (I - A)^{-1}$, cada elemento da matriz B é denominado b_{ij} e deve ser interpretado como sendo a produção total do setor i que é necessária para produzir uma unidade de demanda final do setor j .

No cálculo do efeito total da demanda na economia, denominado efeito induzido, deve-se tornar o consumo e a renda das famílias fatores endógenos no modelo insumo-produto, uma vez que a participação das famílias no consumo final depende de sua renda, que é originária da remuneração do fator trabalho no processo produtivo, dependendo, assim, do que é produzido em cada setor. O setor família será incorporado na matriz X , atrelando-se uma nova linha e uma nova coluna. Desta forma deverá surgir a matriz $\bar{\bar{A}}$ em substituição da matriz A , da seguinte forma:

$$\bar{\bar{A}} = \begin{bmatrix} A & H_c \\ H_r & 0 \end{bmatrix} \quad (8)$$

A matriz $\bar{A}$ é a nova matriz de coeficientes técnicos $(n+1) \times (n+1)$, que engloba o vetor-linha dos coeficientes de renda das famílias (H_r), considerando-se os n -setores; e vetor-coluna dos coeficientes de consumo dos n -setores iniciais (H_c). Portanto, surgirão novos vetores de produção total $\bar{X}$ $((n+1) \times 1)$ e de demanda final $\bar{Y}$ $((n+1) \times 1)$, que são representados da seguinte forma:

$$\bar{X} = \begin{bmatrix} X \\ X_{n+1} \end{bmatrix} \quad (9)$$

$$\bar{Y} = \begin{bmatrix} Y \\ Y_{n+1} \end{bmatrix} \quad (10)$$

Desta forma, o modelo de Leontief passa a ser representado por:

$$\bar{X} = \bar{B} \bar{Y} \quad (11)$$

$$\bar{B} = (I - \bar{A})^{-1} \quad (12)$$

A interpretação econômica da matriz de coeficientes técnicos da matriz A revela apenas as relações diretas entre os insumos e a produção de uma unidade monetária, não considerando os efeitos indiretos. Todavia, a matriz de Leontief considera todos os efeitos, diretos e indiretos, de variações da demanda final, e pode ser escrita como uma série convergente de potências, quando o “ n ” tende ao infinito, pois os coeficientes técnicos da matriz A estão entre 0 e 1.

$$B = (I - A)^{-1} = I + A^2 + A^3 + \dots + A^n \quad (13)$$

A prática mais comum é considerar os fluxos das matrizes insumo-produto em valores monetários, substituindo a utilização de unidades físicas de fluxo de produção entre os setores. Isso pode gerar uma limitação em termos de mudanças nos valores dos coeficientes, decorrentes de alterações nos preços relativos, que para efeitos de análise, são considerados constantes.

Outras hipóteses importantes utilizadas no modelo insumo-produto são (Casimiro Filho, 2002):

- Coeficientes técnicos fixos, que expressam retornos constantes de escala;
- Cada setor produz somente um tipo de produto por meio de um único processo de produção;
- Não existe substituição entre insumos;
- Não há restrições de recursos;
- A oferta é perfeitamente elástica.

4.2. A MATRIZ INSUMO-PRODUTO INTER-REGIONAL

A matriz de insumo-produto inter-regional é uma abordagem mais completa em termos de relações econômicas entre regiões, pois leva em consideração os fluxos de comércio entre as localidades, não apenas no que refere ao atendimento da demanda final, mas também na aquisição de insumos pelos setores da economia.

Sendo assim, no modelo de insumo-produto inter-regional, há a decomposição do consumo intermediário, elementos da demanda final e os componentes dos valores agregados de origem da própria região e das demais regiões especificadas na matriz. Desta forma, são consideradas as estruturas setoriais de todas as regiões envolvidas no modelo, o que aumenta o poder de explicação dos resultados obtidos. Uma ilustração de uma matriz insumo produto inter-regional, baseada em Guilhoto (2011), com duas regiões (R e S) pode ser observada no QUADRO 2, a seguir. Deve ser ressaltado que os componentes da demanda final são o consumo das famílias, investimentos, gastos do governo e as exportações.

QUADRO 2 - Matriz Insumo-Produto Inter-regional

	Setores		Demanda Final (DF)		Produção Total (X)
	Região R	Região S	Região R	Região S	
Região R	Insumos intermediários de R para R	Insumos intermediários de R para S	DF de R para R	DF de R para S	R
Região S	Insumos intermediários de S para R	Insumos intermediários de S para S	DF de S para R	DF de S para S	S
	Importações Resto do Mundo (M)	Importações Resto do Mundo (M)	Importações Resto do Mundo (M)	Importações Resto do Mundo (M)	M
	Impostos Indiretos Líquidos (IIL)	Impostos Indiretos Líquidos (IIL)	Impostos Indiretos Líquidos (IIL)	Impostos Indiretos Líquidos (IIL)	IIL
	Valor adicionado	Valor adicionado			
	Produção Total Região R	Produção Total Região S			

Fonte: Elaboração própria, baseada em Guilhoto (2011).

4. 3. MULTIPLICADORES: INFLUÊNCIAS DO SETOR

Uma vez que os coeficientes da matriz inversa de Leontief foram obtidos, é possível calcular o impacto de cada setor j , direto e indireto, na geração de empregos, importações, impostos, salários e valor adicionado para cada unidade monetária produzida para a demanda final desse setor (Guilhoto, 2011). Para isso, primeiramente, é necessário calcular os respectivos coeficientes dessas variáveis de interesse a partir da divisão dos valores dessas variáveis utilizados na produção específica de cada setor e depois são calculados os geradores, conforme pode se observado a seguir:

$$v_i = \frac{V_i}{X_i} \quad (14)$$

$$GV_j = \sum_{i=1}^n b_{ij} v_i \quad (15)$$

Em que:

v_i é o coeficiente que representa quanto de cada variável em questão V_i (empregos, importações, impostos, salários, valor adicionado) contribui na produção total do setor i correspondente.

b_{ij} é o ij -ésimo elemento da matriz inversa de Leontief

GV_j é o impacto total, direto e indireto, sobre a variável em questão, V_i , que poderá se o total de empregos, importações, impostos, salários, valor adicionado) do setor j .

A divisão dos Geradores pelo respectivo coeficiente direto gera os multiplicadores, que indicam quanto é criado, direta e indiretamente, de emprego, importações, impostos, ou qualquer outra variável para cada unidade diretamente originada desses itens. Por exemplo, o multiplicador de empregos indica a quantidade de empregos criados, direta e indiretamente, para cada emprego direto criado. O multiplicador do i -ésimo setor seria dado então por:

$$MV_i = \frac{GV_i}{V_i} \quad (16)$$

Já o multiplicador de produção, que indica o quanto se produz para cada unidade monetária gasta no consumo final é definido como:

$$MP_j = \sum_{i=1}^n b_{ij} \quad (17)$$

Sendo MP_j o multiplicador de produção do j -ésimo setor e b_{ij} é o ij -ésimo elemento da matriz inversa de Leontief.

4.4. OS ÍNDICES DE LIGAÇÃO HIRSCHMAN - RASMUSSEN: IMPORTÂNCIA DOS SETORES

A partir da matriz inversa de Leontief, $B = (I - A)^{-1}$, é possível mensurar o encadeamento de cada setor específico com o restante da economia, através dos efeitos para trás e para frente, conhecidos como os índices de ligação Hirschman - Rasmussen, originários dos trabalhos Rasmussen (1956) e Hirschman (1958). Os índices de ligação para trás quantificam quanto um setor específico demanda de outros setores. Já os índices de ligação para frente revelam o quanto o setor em análise é demandado por outros setores da economia. O cálculo desses índices também são encontradas em Guilhoto et al. (2010), tais índices podem ser representados da seguinte forma:

$$\text{Índice de ligação para trás: } U_j = [B_{*j}/n]/B_* \quad (18)$$

$$\text{Índice de ligação para frente: } U_i = [B_{*i}/n]/B_* \quad (19)$$

Sendo:

B_* é a média de todos os elementos de B;

B_{*j} é a soma de uma coluna j de B;

B_{*i} é a soma de uma linha i de B;

n é o número de setores da economia.

O Índice de ligação para frente foi reformulado de tal forma que considerasse os coeficientes obtidos a partir do cada valor da produção de cada setor específico destinado aos demais setores da economia sobre o valor total da produção, dando origem à matriz de Ghosh. Assim, os coeficientes da matriz de Ghosh foram calculados nas “linhas” da matriz de insumo-produto, em substituição dos coeficientes dos índices para trás que são calculados em relação às colunas (Miller e Blair, 2009). Portanto, definiu-se a matriz de Ghosh para o modelo de oferta de Leontief, e os índices de ligação para frente passaram a ser definidos da seguinte forma:

$$G = (1 - \hat{X} * Z)^{-1} \quad (19)$$

$$\text{Índice de ligação para frente: } U_i = [G_{*i}/n]/G_* \quad (20)$$

Portanto, neste estudo, os Índices de ligação para frente serão calculados a partir da matriz de Ghosh, pois através dessa matriz pode-se obter a relação de cada setor como fornecedor de insumos na economia.

Os setores que apresentam valores elevados dos índices de Hirschman - Rasmussen são considerados setores-chave na economia porque têm forte relação com os demais setores existentes. Se o índice de ligação para trás for maior do que 1, significa que o setor em análise tem uma forte dependência com os demais setores na economia na demanda por insumos. Já se o índice de ligação para frente for maior do que 1, significa que o setor é importante no fornecimento de insumos na economia.

4.5. MENSURAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA A PARTIR DA MIP INTER-REGIONAL

A mensuração da desigualdade de renda será realizada através do cálculo do índice de Gini, seguindo a mesma estratégia adotada por Zylberberg (2008). A população será dividida em k classes de renda e o cálculo do índice de Gini seguirá a metodologia desenvolvida por Hoffman (1998).

A expressão do índice de Gini para uma população (N) dividida em k classes de renda pode ser representada pela expressão abaixo.

$$N = \sum_{h=1}^k n_h \quad (21)$$

Considerando uma população com renda média representada por μ e x_{hi} ($h=1, \dots, k$; $i=1, \dots, n_h$) representa a renda recebida pela i -ésima pessoa na h -ésima classe de renda, a renda apropriada por cada pessoa no estrato de renda pode ser dada por:

$$y_{hi} = \frac{x_{hi}}{N\mu} \quad (22)$$

A proporção da renda apropriada por cada estrato de renda será dada pelo somatório de y_{hi} e a renda média de casa estrato é representada por μ_h . Então a expressão do índice de Gini populacional (G) pode ser expressa da seguinte maneira.

$$G = G_e + \sum_{h=1}^k \pi_{h=1} y_h G_h \quad (23)$$

Onde, G é índice de Gini populacional; G_e é o índice de Gini para as disparidades entre as classes (estrato) de renda; e G_h é o índice de Gini para a desigualdade dentro de cada estrato de renda considerado. Assim, deriva-se o G_e , chegando à seguinte expressão:

$$G_e = 1 - \sum_{h=1}^k (\phi_{h=1} + \phi_{h-1}) \pi_h \quad (22)$$

A expressão $(\phi_{h=1} + \phi_{h-1})$ é a soma das participações percentuais das rendas acumuladas dos estratos, e π_h é a participação de cada estrato no total da população. Neste estudo, não será calculado o G_h (desigualdade dentro dos estratos), pois não há informações disponíveis para cada pessoa, e sim apenas a renda média dos estratos de renda. Portanto, pode-se dizer que os valores que serão subestimados.

4.6. A BASE DE DADOS DA MIP INTER-REGIONAL PARA O TURISMO NO NORDESTE

As matrizes que compõem o sistema de insumo-produto são divulgadas pelo IBGE na forma de duas tabelas: Tabela Recursos e Tabela Usos de Bens e Serviços. Essas duas tabelas são a base para a construção da matriz de coeficientes técnicos e da matriz inversa de Leontief (MILLER; BLAIR, 1985, *apud* Guilhoto et al, 2010).

Todavia, para a execução deste trabalho, pretende-se adotar a Matriz Insumo-Produto, com quatro regiões (Nordeste, Sudeste, Sul e Resto do Brasil), para o ano de 2009.

QUADRO 3 – Regiões de estudo

REGIÕES	SIGLA
Nordeste	NE
Sudeste	SE
Sul	S
Resto do Brasil (Norte e Centro-Oeste)	RBR

A MIP inter-regional de 2009 foi estimada por Guilhoto (2013) e também as informações das seguintes bases de dados do IBGE, Pesquisas de Orçamentos Familiares 2008/2009 (POF) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD). A matriz insumo-produto inter-regional estimada por Guilhoto (2013) e foi elaborada a partir do Sistema de Contas Nacionais (SCN).

A classificação das atividades que compõem o setor de turismo é definida no âmbito internacional pela Organização Mundial do Turismo, de acordo com a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas (*Clasificación Internacional Uniforme de Actividades Turísticas* – CIUAT) compatível com a terceira revisão da International Standard Industrial Classification – ISIC, elaborada pelas Nações Unidas. A partir da compatibilização existente entre a CIUT e a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) do Brasil, o IBGE definiu a classificação das Atividades Características do Turismo (ACTs) em consonância com a classificação da OMT. Assim, as ACTs adotadas na composição do turismo no Brasil tem equivalência internacional, através dos códigos da CNAE 1.0, conforme mostra o QUADRO 4, a seguir.

QUADRO 4 – Classificação das Atividades Características do Turismo

Descrição das atividades	International Standard Industrial Classification (ISIC Rev. 3)	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 1.0)
1. Hotéis e similares	551	55.1
2. Restaurantes e similares	552	55.2
3. Serviços de transporte ferroviário de passageiros	(1) 6010	60.1
4. Serviços de transporte rodoviário de passageiros	(1) 6021 e (1) 6022	6024 e 6025
5. Serviços de transporte marítimo de passageiros	(1) 611 e (1) 612	(1) 61.1 e 6121
6. Serviços de transporte aéreo de passageiros	(1) 621 e 622	(1) 62.1 e (1) 62.2
7. Serviços anexos ao transporte de passageiros	(1) 6303	63.2
8. Agência de viagens e similares	6304	63.3
9. Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros	(1) 7111, (1) 7112 e (1) 7113	7110, 7121, 7122 e 7123
10. Serviços culturais	9232 e 9233	9252 e 9253
11. Serviços desportivos e de outros serviços de lazer	(1) 9214, (1) 9219, (1) 9241 e (1) 9249	9231, 9232, 9239, 9261 e 9262

(1) Somente uma parte das classes ou grupos está diretamente relacionada com as Atividades Características do Turismo.

Fonte: IBGE (2007)

Neste trabalho, o grupo de atividades consideradas como do setor de turismo teve uma composição mais simplificada, se comparado com o adotado pelo IBGE. Primeiro, foram desconsideradas as atividades de agência de viagens, além disso, foram agregados os segmentos de serviços culturais e serviços desportivos em um único setor. Portanto, o setor de turismo definido neste estudo contém 9 atividades, ao invés de 11 atividades, como adotado pelo IBGE. Essa restrição aconteceu porque a matriz insumo-produto inter-regional de Guilhoto (2013) não contemplava o setor de turismo da mesma forma como foi definido pelo IBGE. A ausência do setor de agências de turismo não ocasionará em subestimativas muito elevadas, visto que, por exemplo, de acordo com o estudo de Takasago (2010), esse segmento representou 3,4% do PIB do turismo no Brasil, em 2006. As atividades turísticas deste estudo, portanto, são as seguintes:

1. Transporte rodoviário de passageiros
2. Transporte Aéreo de passageiros
3. Transporte Ferroviário de passageiros
4. Transporte Aquaviário de passageiros
5. Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros
6. Aluguel de automóveis

7. Alojamento
8. Alimentação – Turística (Atividades de alimentação voltadas para o atendimento dos turistas)
9. Atividades recreativas

A estrutura da MIP inter-regional está definida da seguinte forma:

- a) **Atividades/Produtos:** 66 setores que incluem os originais das Tabelas de Recursos e Usos do IBGE e os 9 setores que caracterizam as atividades turísticas.
- b) **Fatores de produção:** os fatores de produção serão divididos em trabalhadores formais e informais, e por nível de qualificação em três grupos:
 1. Trabalhadores não-qualificados: escolaridade inferior a 8 anos, que representam as pessoas com ensino fundamental incompleto;
 2. Trabalhadores semi-qualificados: escolaridade entre 8 e 10 anos, ou seja, com ensino fundamental completo e/ou ensino médio incompleto;
 3. Trabalhadores qualificados: com 11 anos ou mais de escolaridade, ou seja, com pelo menos ensino médio completo.
- c) **Famílias:** As famílias serão divididas em 6 estratos de rendas, apresentadas, a seguir, no QUADRO 5:

QUADRO 5 – ESTRATOS DE RENDA

Estrato de Renda	Salário Mínimo (SM)
Até R\$830	0 a 2
R\$830 - R\$1245	2 a 3
R\$1245-R\$2490	3 a 6
R\$2490-R\$4150	6 a 10
R\$4150-R\$6225	10 a 15
R\$6225 ou mais	Mais de 15

Para a compatibilização das diferentes bases de dados utilizadas na elaboração da MIP deste trabalho serão utilizados os códigos da CNAE 2.1 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) considerando 5 dígitos, sendo o último um código verificador.

4.6.1. Tabelas de Recursos e Usos (TRUs)

As TRUs contêm as informações das relações intersetoriais na economia, a partir das quais se pode elaborar a matriz insumo-produto. Destaca-se que as TRUs contêm dados sobre a remuneração do trabalho, excedente operacional bruto e impostos indiretos e subsídios sobre as atividades, além dos valores das importações.

4.6.2. Relações entre as instituições

As Contas Econômicas Integradas (CEIs) fazem parte do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e contêm os fluxos de recursos entre empresas financeiras, empresas não-financeiras, administração pública e famílias. Porém, como enfoque deste trabalho será dado às remunerações do fator trabalho, desta maneira, tais relações mencionadas não serão utilizadas neste estudo.

4.6.3. Consumo das famílias

A desagregação do consumo das famílias será realizada através da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2008/2009, a partir da qual é possível identificar informações referentes aos domicílios e seus moradores. Sendo assim, A POF fornece dados referentes à estrutura das despesas pessoais e coletivas referentes a cada domicílio brasileiro.

A POF 2008/2009 contém 16 tipos de registros que devem ser agrupados em uma única base de dados, realizando a identificação de cada domicílio para a realização da união entre os registros em um único arquivo em que os domicílios serão separados de acordo com as regiões definidas neste estudo e nas devidas classes de renda. Ainda, haverá a compatibilidade entre os produtos consumidos e os setores econômicos considerados na matriz insumo-produto.

4.6.4. Estrutura do rendimento das famílias

A partir das TRUs e CEIs é possível identificar as diversas remunerações das famílias de forma agregada. Mas, neste trabalho será necessário identificar a distribuição dos diferentes rendimentos entre as classes de renda definidas, que será possível de ser realizada a partir da PNAD 2009.

A PNAD permite identificar a origem do rendimento das pessoas por diversas fontes, porém, o enfoque deste estudo é na remuneração do trabalho. Em relação ao rendimento proveniente do trabalho é possível ainda verificar em qual setor a pessoa está empregada, região de domicílio e classe de renda. Assim, para cada setor da MIP será verificado a participação percentual de cada estrato de renda no total da mão de obra empregada e os percentuais correspondentes de cada estrato no total das remunerações de cada setor.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS I: DIMENSIONAMENTO DA ECONOMIA DO TURISMO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a discussão dos resultados referentes ao dimensionamento da economia do turismo no Brasil e, mais especificamente, no Nordeste, obtidos a partir da MIP inter-regional 2009, que será apresentada de forma resumida nos anexos deste estudo. Para isso, a primeira seção traz informações referentes à participação da economia do Nordeste no cenário nacional e a relevância do turismo na economia nordestina, comparando-se o setor de turismo com os demais setores econômicos no Nordeste. Já a segunda seção contém uma análise detalhada do setor de turismo no Nordeste e no Brasil, explorando todas as informações obtidas na MIP referentes ao PIB, geração de remunerações, empregos, decomposição da demanda final do setor, entre outras. Por fim, a seção 3 deste capítulo discute algumas características relacionadas à mão de obra empregada no setor turístico como segmentação por gênero, idade, qualificação e, mais detalhadamente, o nível de informalidade no setor. Este capítulo, portanto, traz uma série de análises relacionadas ao setor de turismo na economia nordestina, de forma sistematizada e pioneira, como uma forma de diminuir a lacuna da escassez de informações sobre essas atividades no país.

5.1. A ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA DO NORDESTE E O SETOR DE TURISMO

Em 2009, o PIB do Brasil alcançou R\$ 2,794 trilhões e a economia nordestina contribuiu com 14% no total da produção brasileira, com um PIB equivalente a R\$ 378,3 bilhões. Desta forma, a participação do Nordeste no PIB brasileiro, obtida a partir da MIP inter-regional com 66 setores, atingiu a última posição, entre as macrorregiões brasileiras consideradas, conforme pode ser observado na FIGURA 7, a seguir.

FIGURA 7 – Participação regional no PIB brasileiro (R\$ milhões).

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Embora a matriz utilizada na maior parte das análises contenha 66 setores por região, nesta seção foi realizada uma síntese da economia do Nordeste a partir de uma estrutura de 13 setores, cuja agregação encontra-se no APÊNDICE A deste estudo. A importância de se fazer uma síntese dos principais setores da economia nordestina é porque essa agregação facilita a compreensão dos principais setores do Nordeste, e assim, verificar a importância do setor turístico em relação às demais atividades econômicas na região. Além disso, a síntese da economia do Nordeste apresentada na TABELA 8, a seguir, contém uma série de variáveis econômicas que serão exploradas de forma bastante detalhada ao longo deste estudo.

TABELA 8 – Síntese da estrutura produtiva do Nordeste (valores em R\$ milhões).

Setores	Consumo Intermediário (nacional)	Consumo intermediário (Importações)	Impostos sobre insumos	Consumo intermediário total	Remunerações	Rendimento misto bruto	Excedente Operacional Bruto	Valor Adicionado a custos de fatores	Impostos sobre a produção	PIB (valor adicionad o bruto)	Valor da produção
1- Agropecuária	9.923	1.030	852	11.805	7.497	16.690	4.150	28.337	209	28.546	40.351
2- Indústria extrativa mineral	6.494	434	412	7.340	3.026	104	1.457	4.587	75	4.662	12.002
3- Indústria de transformação	95.645	7.305	7.443	110.392	20.703	3.892	18.450	43.044	1.697	44.742	155.134
4- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	12.897	840	1.854	15.591	3.766	0	12.638	16.405	276	16.681	32.271
5- Construção civil	19.088	1	1.628	20.718	10.943	6.183	8.316	25.441	277	25.718	46.436
6- Comércio	16.878	1	1.319	18.198	22.463	14.699	16.372	53.534	1.399	54.933	73.131
7- Transporte, armazenagem e correio	9.684	748	885	11.317	3.081	3.528	3.017	9.626	188	9.814	21.131
8 - Serviços de informação	9.094	599	977	10.670	2.378	924	4.229	7.531	361	7.892	18.562
9 - Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	7.682	319	662	8.663	6.998	160	8.977	16.134	173	16.307	24.970
10- Atividades imobiliárias e aluguel	2.342	104	118	2.564	823	393	30.362	31.578	50	31.627	34.191
11- Outros serviços	21.141	1.412	2.329	24.882	28.942	9.017	8.495	46.453	570	47.023	71.906
12- Administração, saúde e educação públicas	33.705	1.082	3.465	38.253	81.716	0	6.893	88.609	26	88.635	126.887
13 -Turismo	9.120	446	1.213	10.779	4.903	2.246	3.432	10.580	157	10.737	21.516

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

No que diz respeito à composição do PIB nordestino (a preços básicos), o principal setor econômico foi o setor 12, composto pelas atividades de educação, saúde e educação públicas, seguido do setor 6, referente às atividades de comércio e do setor 11, denominado de outros serviços. Entre os 13 setores estabelecidos, o setor de turismo ocupou a décima posição na participação no PIB do Nordeste e atingiu 2,8% do PIB da região.

Na próxima seção será apresentado o resultado do peso do setor de turismo no PIB brasileiro, calculado neste trabalho, revelando que esse setor representou 2,27% da produção nacional. Portanto, a participação do turismo é mais importante para a economia nordestina do que ocorre no âmbito nacional, em termos relativos. Assim, os resultados encontrados são bastante consistentes com o apresentado no trabalho de Takasago et al. (2010) que mostra a participação do turismo no PIB nacional chegou a 2,3% em 2006. A FIGURA 8, a seguir, traz a segmentação do PIB nordestino por setor econômico.

FIGURA 8 – PIB do Nordeste (R\$ milhões), por setor econômico.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Outra informação importante sobre a economia do Nordeste é referente às relações intersetoriais na aquisição e no fornecimento de insumos entre as demais regiões do país. Desta maneira, a TABELA 9 mostra que no caso da região Nordeste, 64,5% do seu consumo intermediário é proveniente da própria região, sendo o Sudeste a segunda região com maior relevância no fornecimento de insumos para a economia nordestina. Já o consumo intermediário das regiões Sudeste e Sul é menos dependente das demais regiões brasileiras, enquanto a região Resto do Brasil tem a maior dependência de insumos originários de outras regiões do país.

TABELA 9 – Origem dos insumos de produção utilizados em cada região (%).

REGIÕES		NE	SE	SUL	RBR
ORIGEM	NE	64,5	4,0	3,7	5,0
	SE	25,7	85,0	23,1	28,5
	SUL	5,7	6,4	68,7	7,6
	RBR	4,1	4,7	4,5	58,9
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Em relação à distribuição das ocupações no Nordeste entre os seus diversos setores econômicos, observou-se que a mão de obra está fortemente concentrada no setor agropecuário, com um peso de 32%, seguido das atividades no segmento de outros serviços, com 17%, e do

comércio, com 16%. Nessa abordagem, o setor turístico ganha importância no total de trabalhadores empregados no Nordeste e atingiu uma participação de 4%, ocupando a sétima posição, significando que a renda gerada pelo trabalho no turismo na região é relativamente baixa. A FIGURA 9, que contém os números totais de ocupações em cada setor e sua participação percentual.

FIGURA 9 – Total de empregos por setor no Nordeste.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Com o objetivo de verificar as potencialidades na geração de valor de produção e empregos de cada setor na economia do Nordeste, esta seção traz informações sobre os multiplicadores dessas variáveis para a economia, que estão descritos na Seção 4.3 deste estudo, e tem a função de captar os efeitos diretos e indiretos de cada variação de uma unidade do valor produção e de emprego em cada atividade. A TABELA 10, a seguir, contém esses dados.

TABELA 10 – Multiplicadores de Produção (MP) e Multiplicares de Emprego (ME) no Nordeste.

Atividades	MP	Posição	ME	Posição
Agropecuária	1,23	11 ^o	1,06	13 ^o
Indústria extrativa mineral	1,21	12 ^o	1,68	5 ^o
Indústria de transformação	3,58	1 ^o	7,23	1 ^o
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,52	4 ^o	3,27	2 ^o
Construção	1,41	6 ^o	1,29	9 ^o
Comércio	1,52	5 ^o	1,22	10 ^o
Transporte, armazenagem e correio	1,29	9 ^o	1,32	8 ^o
Serviços de informação	1,35	7 ^o	1,50	7 ^o
Intermediação financeira, seguros e previdência compleme	1,28	10 ^o	2,08	3 ^o
Atividades imobiliárias e aluguel	1,06	13 ^o	1,59	6 ^o
Outros serviços	1,53	3 ^o	1,18	12 ^o
Administração, saúde e educação públicas	2,07	2 ^o	2,05	4 ^o
Turismo	1,31	8 ^o	1,19	11 ^o

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

As principais conclusões em relação aos multiplicadores de produção na economia nordestina é que os setores mais importantes são os da indústria de transformação, seguida da administração pública e de outros serviços. No caso específico do turismo, o setor ocupou a 8^a posição, com um multiplicador de produção que indica que para cada R\$1 milhão produzido pelo setor são gerados R\$1,31 milhão na economia. De fato, não se esperava um valor muito elevado para o multiplicador de produção do turismo por se tratar de um setor de serviços intensivo em mão de obra com baixas relações intersetoriais.

Na análise dos multiplicares de emprego, percebe-se que a indústria de transformação apresentou o maior valor, indicando que para cada trabalhador ocupado nesse segmento são geradas 7,23 ocupações. Já o setor de turismo teve um multiplicador de emprego equivalente a 1,19. Ou seja, esse dado reflete um baixo impacto indireto das atividades turísticas sobre os demais setores da economia geradores de emprego. Esses valores baixos são característicos do setor de turismo, em geral, como mostram os trabalhos de Casimiro Filho (2002) e Takasago (2006), por exemplo.

Por fim, os últimos indicadores que serão apresentados nesta abordagem sobre a economia do Nordeste referem-se aos índices ligação Hirschman – Rasmussen, que medem o quanto um setor demanda de outros setores, o índice para trás, e quanto um setor é importante no fornecimento de insumo aos demais, índices para frente, conforme pode ser verificado na Seção 4.3 deste trabalho. A FIGURA 10, a seguir, contém os índices ligação Hirschman – Rasmussen.

FIGURA 10 – Índices Hirschman-Rasmussen para os setores do Nordeste.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Os principais setores demandantes no Nordeste, a partir da Figura 10, foram a indústria de transformação e a administração pública, enquanto os maiores setores ofertantes da economia nordestina também foram a indústria de transformação e o setor de comércio. Ainda sob a perspectiva dos índices de ligação, notou-se que o turismo tem índices baixos dos dois tipos, porém apresenta maior relevância como um setor demandante, com um índice de ligação para trás equivalente a 0,71, enquanto seu índice de ligação para frente foi igual a 0,65. Ambos os índices tiveram valores menores do que 1, significando que o setor de turismo apresentou relações intersetoriais menores do que a média observada dos demais setores na economia.

Esta seção foi importante para situar a atividade turística em relação aos demais setores econômicos do Nordeste. Entretanto, é importante perceber todas as características do setor de turismo no Nordeste na geração de emprego e renda, e em relação ao que ocorre com o turismo nas demais regiões brasileiras. Essas informações precisam ser investigadas de forma detalhada, o que irá ocorrer na próxima seção.

5.2. A DIMENSÃO DA ECONOMIA DO TURISMO NO NORDESTE

Nesta seção serão explorados os resultados obtidos sobre a relevância do turismo na economia do Nordeste, destacando as relações intersetoriais das atividades turísticas, a geração de emprego e de renda, além dos componentes da demanda final do turismo obtidos na MCS 2009. Ainda, haverá a análise das características da mão de obra ocupada no turismo, com ênfase ao estudo da informalidade nas atividades turísticas.

5.2.1. A Participação do Turismo na Produção e Renda da Economia

Na estimativa da importância do PIB (a preços básicos) do turismo na economia brasileira, a partir da MCS inter-regional de 2009, foi verificado que o setor gerou 63,352 bilhões de reais na economia brasileira, correspondente a 2,27% do PIB nacional. A maior contribuição regional para o PIB do turismo no Brasil foi gerada pelo Sudeste, que atingiu 57% do total. O Nordeste ficou em segundo lugar, com um peso de 17%, enquanto que o peso da região Sul no setor correspondeu a 14% e o Resto do Brasil (Norte e Centro-Oeste) teve um peso de 12%, conforme mostra a FIGURA 11, a seguir.

FIGURA 11 – PIB do turismo brasileiro (R\$ milhões), por região.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Os resultados encontrados para a participação do Nordeste no PIB do turismo no Brasil deixam nítida a elevada participação regional no segmento, em comparação com o que ocorre na média dos outros setores da economia. Enquanto a economia nordestina alcançou em torno de 14% do PIB nacional em 2009, essa participação no setor de turismo atingiu 17%. Esse aumento de participação no PIB do turismo, em relação ao peso na economia, também ocorreu com a região Sudeste, que saiu de 54% e alcançou 57% na produção do turismo nacional. Consequentemente, as regiões Sul e RBR perderam importância relativa na economia do turismo.

Outra informação relevante obtida através da MCS inter-regional diz respeito ao peso do setor de turismo no PIB de cada região, que deixou evidente que as atividades turísticas têm maior relevância na economia nordestina, conforme mostra a FIGURA 12.

FIGURA 12 – Participação do turismo no PIB de cada região brasileira.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

De acordo com a FIGURA 12, a participação do setor de turismo na economia do país foi equivalente a 2,27%, e no Nordeste alcançou 2,77%, em 2009. Esses dados mostram que, em termos relativos, as atividades turísticas são mais importantes para a região Nordeste do que para as demais regiões do país, ressaltando, desta forma, suas potencialidades de desenvolvimento na região nordestina.

Em relação aos estudos anteriormente desenvolvidos para o setor de turismo no Brasil, Casimiro Filho (2002) mostrou que o turismo atingiu 7,54% do PIB nacional em 1999. Porém, esse estudo não diferenciou os serviços exclusivos ao atendimento dos turistas, o que gerou

valores superestimados para o turismo. Já o estudo mais recente de Takasago et al. (2010) encontrou valor maior próximo ao obtido neste estudo, revelando que o peso do turismo no PIB do Brasil em 2006 foi equivalente a 2,3%.

O peso do Turismo no PIB do Sudeste ficou abaixo do valor encontrado no Nordeste e atingiu 2,36%, embora o Sudeste seja a região com o maior valor de produção do turismo no país. O que explica esse comportamento é que a economia do Sudeste é a mais diversificada do Brasil, portanto, o setor de turismo perde relevância em relação aos demais setores na região. Todavia, vale destacar que apenas o Nordeste e o Sudeste apresentaram o peso do turismo na economia acima da média nacional, equivalente a 2,27%.

O setor de turismo no Nordeste também apresenta uma baixa parcela do seu valor bruto de produção voltado para o fornecimento de insumos entre os diversos setores, apenas 13% do total, e uma vez que se trata de uma característica inerente ao turismo, uma vez que os serviços são voltados quase exclusivamente para o atendimento da demanda final das famílias, conforme mostra a FIGURA 13.

FIGURA 13 – Decomposição do valor da produção total do turismo no Nordeste (em R\$ milhões).

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Conforme foi apresentada na FIGURA 13, a produção do turismo no Nordeste voltada para atender a demanda final correspondeu a 87% do valor total. O valor da produção

direcionado à demanda final do turismo no Nordeste pode ser dividido de acordo com a participação de cada região brasileira como mostra a FIGURA 14 abaixo.

FIGURA 14 – Participação de cada região no valor de produção da demanda final do turismo no Nordeste.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

A maior parte da produção no setor de turismo no Nordeste é voltada para atender a demanda da própria região, chegando a 82,1%, em 2009. Já o consumo do turismo nordestino pelas famílias do Sudeste ocupou o segundo lugar, em termos de participação, atingindo 11,2%. A relevância do Sudeste para o turismo na região Nordeste superou a contribuição das regiões Sul e do Resto do Brasil que juntas atingiram 6,7% do consumo total do turismo no Nordeste. Essas informações sugerem a existência de um mercado consumidor na região Nordeste com grandes potencialidades de desenvolvimento, através do fortalecimento da sua demanda turística originária de outras regiões do país.

A TABELA 11, a seguir, resume os principais resultados discutidos nesta seção e deixa evidente o potencial do turismo na região Nordeste, quando comparada ao desempenho médio do setor turístico no Brasil.

TABELA 11 – A economia do turismo no Nordeste (valores em R\$ milhões)

	Nordeste			Brasil		
	Turismo (A)	Economia (B)	A/B (%)	Turismo (A)	Economia (B)	A/B (%)
Produção Total	33.688	685.730	4,9	221.151	5.479.487	4,0
Demanda Final	19.567	439.908	4,4	127.983	3.222.143	4,0
PIB (a preços básicos)	10.737	387.317	2,8	62.445	2.749.267	2,3
Impostos indiretos	1.909	28.618	6,7	14.048	261.733	5,4

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Outro dado relevante sobre o a importância do turismo na economia do Nordeste é referente à participação das exportações do setor turístico no total das exportações regionais. As exportações do turismo representam parte da produção doméstica do setor voltada para o consumo dos turistas estrangeiros. Assim, a partir da FIGURA 15, a seguir, percebe-se que a participação das exportações turísticas no total das exportações do Brasil atingiu 2,8%, em 2009. Por sua vez, o Nordeste teve o maior peso do turismo no total das exportações, 4,2%, em comparação às demais regiões do país, o que sugere que as exportações do Nordeste são relativamente mais importantes no turismo da região do que nas demais regiões brasileiras.

FIGURA 15 – Peso do turismo no total das exportações

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

5.2.2. As Atividades do Setor de Turismo na região Nordeste

Para entender a dimensão econômica do turismo no Nordeste de uma forma mais minuciosa é importante fazer uma análise da participação de cada atividade turística na composição total do setor. Desta forma, o valor adicionado total do turismo no Nordeste foi segmentando entre suas atividades. Assim, foi verificado que as atividades turísticas de maior valor agregado foram as de alojamento, com um peso de 33,5%, seguido do segmento de alimentação, com 31,5% e, em terceiro, os serviços de transporte rodoviário de passageiros que atingiu 19,2% do valor total. Essas informações estão disponíveis na TABELA 12 adiante.

TABELA 12 – Participação (%) de cada atividade no valor adicionado do turismo do Nordeste - 2009

	Nordeste		Brasil	
	Valor (R\$ milhões)	Part. (%)	Valor (R\$ milhões)	Part. (%)
Transporte rodoviário de passageiros	2.033,35	19,2	11.373,92	18,2
Transporte Aéreo de passageiros	685,48	6,5	6.572,53	10,5
Transporte Ferroviário de passageiros	208,64	2,0	1.389,42	2,2
Transporte Aquaviário de passageiros	159,63	1,5	472,31	0,8
Atividades Auxiliares de Transporte – Passageiros	269,22	2,5	2570,50	4,1
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	226,97	2,1	881,20	1,4
Alojamento	3.544,67	33,5	14.349,20	23,0
Alimentação	3.328,51	31,5	23.864,99	38,2
Atividades recreativas e culturais	121,12	1,1	970,60	1,6
Valor total do turismo	10.577,60	100,0	62.444,67	100

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

De acordo com a TABELA 12, pode-se observar que os setores mais importantes no setor de turismo no Brasil também foram os de alojamento, alimentação e transporte rodoviário de passageiros. Porém, no setor turístico do país, houve perda de participação das atividades de hospedagem e transporte rodoviário de passageiros, e um maior ganho do setor de alimentação. Essas diferenças podem ser decorrentes de uma maior participação das outras atividades do

turismo no âmbito nacional, como o maior peso do setor aéreo e dos demais de atividades relacionadas ao setor de transporte, e ainda, de diferenças no perfil de consumo dos turistas quanto aos gastos com alimentação.

Na análise da participação do valor adicionado do setor turístico no valor total da produção gerada pelo setor, observou-se uma participação equivalente a 49,1% no Nordeste. Ainda, destaca-se que o valor adicionado do turismo teve um maior percentual voltado para a remuneração do fator trabalho, 55,2%, indicando uma relação trabalho-intensiva nas atividades turísticas, enquanto que o excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto corresponderam a 44,8% desse valor, como pode ser visto na TABELA 13.

TABELA 13 – Participação do valor adicionado na produção total das atividades turísticas no Nordeste

Atividade turística	Valor Adicionado (V.A.)/ produção total (%)	Remunerações do trabalho/ V.A. (%)	EOB + Rendimento Misto/V.A. (%)
Transporte rodoviário de passageiros	46,4	71,6	28,4
Transporte Aéreo de passageiros	54,1	33,8	66,2
Transporte Ferroviário de passageiros	68,9	93,2	6,8
Transporte Aquaviário de passageiros	51,2	44,5	55,5
Atividades Auxiliares de Transporte – Passageiros	62,9	32,9	67,1
Aluguel de automóveis terrestre	51,9	16,0	84,0
Alojamento	86,4	26,5	73,5
Alimentação	33,0	54,8	45,2
Atividades recreativas e culturais	63,9	48,7	51,3
Setor de turismo	49,1	55,2	44,8

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

A partir da TABELA 13, percebeu-se que apesar da maior parte das atividades que compõem o setor de turismo utilizar intensivamente o fator trabalho, a participação das remunerações da mão de obra no valor adicionado ficou acima do peso do excedente operacional

bruto apenas nas atividades transporte rodoviário de passageiros, transporte ferroviário de passageiros e no segmento de alimentação. Esse comportamento pode ser reforçado devido às baixas remunerações das atividades turísticas no Nordeste, que segue o mesmo padrão das demais atividades na região em relação à média nacional. Já os segmentos que apresentaram as maiores participações do excedente operacional bruto no total do valor adicional geral foram aqueles com maior intensidade de capital, como o segmento de aluguel de automóveis e o transporte aéreo de passageiros.

Em relação ao consumo intermediário das atividades turísticas no Nordeste, observou-se a contribuição de cada região do país no fornecimento de insumos diretos para os serviços de turismo no Nordeste. Assim, foi constatado que a maioria dos insumos utilizados no setor de turismo vem da própria região nordestina, 67,5% para todas as atividades em questão. Essa característica do setor de turismo é favorável a uma maior internalização dos benefícios do crescimento das atividades turísticas pela própria região Nordeste. Já o Sudeste foi a segunda região mais relevante no atendimento do consumo intermediário do turismo no Nordeste, com uma participação de 22,1%. Essas informações estão disponíveis na TABELA 14, a seguir.

TABELA 14 – Consumo intermediário do setor de turismo no Nordeste, por região fornecedora (%).

	NE	SE	SUL	RBR
	(%)	(%)	(%)	(%)
Setor Turístico no Nordeste				
Transporte rodoviário de passageiros	54,2	32,1	11,0	2,7
Transporte Aéreo de passageiros	56,2	36,4	3,6	3,8
Transporte Ferroviário de passageiros	65,9	24,7	4,8	4,5
Transporte Aquaviário de passageiros	57,1	30,5	8,8	3,5
Atividades Auxiliares de Transporte -				
Passageiros	63,8	26,5	7,3	2,4
Aluguel de automóveis	65,0	29,5	3,5	2,0
Alojamento	68,1	20,6	6,6	4,8
Alimentação	77,0	13,4	4,4	5,2
Atividades recreativas e culturais	77,7	17,5	2,5	2,3
Setor Turístico	67,5	22,1	6,4	4,0

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

De acordo com a TABELA 14, o setor de atividades recreativas e culturais e o de alimentação são os que mais dependem de insumos da própria região Nordeste, com aproximadamente de 77% dos insumos fornecidos pela economia nordestina. Enquanto que as atividades com maior dependência de insumos de outras regiões é a de transporte rodoviário e de e de transporte aéreo de passageiros, com uma proporção média de 55% dos insumos fornecidos pelo Nordeste.

Para concluir esta seção, a próxima tabela apresenta um resumo dos principais indicadores da economia do turismo no PIB (a preços básicos) do Brasil segmentado pelas macrorregiões.

TABELA 15 – PIB das atividades turísticas (em R\$ milhões) e suas participações (%) nas economias do Nordeste e do Brasil.

	NE	SE	SUL	RBR	BRASIL
Transporte rodoviário de passageiros	2.081,81	6.316,91	1.689,39	1.500,74	11.588,84
Transporte Aéreo de passageiros	698,84	4.176,66	925,85	880,04	6.681,39
Transporte Ferroviário de passageiros	212,27	889,94	228,04	77,09	1.407,35
Transporte Aquaviário de passageiros	162,59	50,79	118,84	148,35	480,58
Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros	272,42	1.733,90	329,04	270,67	2.606,03
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	227,69	357,27	108,91	189,75	883,61
Alojamento	3.570,25	6.989,68	1.928,55	1.953,71	14.442,20
Alimentação - Turístico	3.388,20	14.788,11	3.260,62	2.836,24	24.273,17
Atividades recreativas e culturais	123,14	617,10	145,06	103,70	989,00
Valor do PIB do Turismo	10.737	35.920	8.734	7.960	63.352,16
Valor do PIB da Economia	387.317,18	1.519.447,85	468.604,29	419.009,68	2.794.379,00
Participação (%) do turismo na economia	2,77	2,36	1,86	1,90	2,27
Participação (%) Regional no turismo	16,95	56,70	13,79	12,57	100,00
Participação(%) Regional na economia	13,86	54,38	16,77	14,99	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Pode-se concluir, nesta seção, que o turismo é um setor que ganha maior importância relativa para a economia nordestina, uma vez que a região tem um aumento de sua participação no total de empregos e renda no setor turístico brasileiro quando comparada com a sua participação na economia do país. Além disso, o setor de turismo apresenta maior peso na economia do Nordeste do que nas demais regiões do país, configurando-se como um conjunto de atividades com potencialidades de maior aproveitamento, sobretudo, com o aumento da demanda turística do Nordeste originária de outras regiões do Brasil e do turismo internacional.

5.2.2. A Participação do Turismo no Total de Empregos da Economia

Além da geração de renda, a criação de empregos é um dos principais benefícios que pode ser obtido através de uma atividade econômica. Sendo assim, torna-se essencial obter o número de empregos gerados pelo setor de turismo na economia brasileira e, mais especificamente, no Nordeste.

Nesse sentido, através da MIP, foi possível verificar que as atividades turísticas juntas foram responsáveis por 4.094.803 de ocupações no Brasil e por 1.011.319 ocupações no Nordeste. Assim, pode-se perceber que o Nordeste aumentou sua participação no total das ocupações turísticas no Brasil, em relação à sua participação no PIB turístico do país, tornando evidente a utilização mais intensiva de mão de obra na exploração econômica do turismo na região, conforme mostra a FIGURA 16, a seguir.

FIGURA 16 – Número total de ocupações no setor de turismo brasileiro e participações (%), por região.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Os números das ocupações do turismo no Brasil mostraram que a maior parte das ocupações no setor está na região Sudeste, seguida do Nordeste, Sul e Resto do Brasil, respectivamente. Nesse caso, a região Nordeste alcançou um peso de 25% das ocupações, isso

significa um aumento de relevância no cenário nacional, uma vez que a participação da região no PIB brasileiro alcançou 14%.

Já o peso das atividades turísticas no total das ocupações de cada região mostrou que o setor de turismo teve uma participação no Brasil equivalente a 4,2%. Para o Nordeste, o valor encontrado foi igual a 3,9%, ficando abaixo do valor nacional, porém acima da participação das atividades turísticas no PIB da região. A FIGURA 17 contém esses dados.

FIGURA 17 – Participação do Turismo no total das ocupações.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

As evidências indicam que, apesar do setor de turismo no Nordeste ser relativamente mais intensivo no uso do fator trabalho, a referida região se caracteriza pela presença de outros setores ainda mais intensivos no uso de mão de obra, como é o caso da agricultura, que equivale a 32% das ocupações no território nordestino, conforme os dados da MIP 2009.

A distribuição dos empregos do turismo entre as diversas atividades turísticas pode ser observada na TABELA 16, a seguir.

TABELA 16 – Participação (%) de cada atividade turística no emprego do setor de Turismo.

	NE	SE	SUL	RBR	BRASIL
Transporte rodoviário de passageiros	17,6	15,8	16,9	15,7	16,4
Transporte Aéreo de passageiros	0,7	1,9	1,3	0,8	1,4
Transporte Ferroviário de passageiros	0,6	0,8	0,7	0,2	0,6
Transporte Aquaviário de passageiros	0,3	0,0	0,2	0,5	0,2
Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	0,5	0,5	0,4	0,3	0,5
Alojamento	12,8	11,0	16,3	17,0	13,0
Alimentação	65,7	67,6	62,1	64,0	65,9
Atividades recreativas e culturais	1,7	2,2	2,0	1,4	1,9
Turismo	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

De acordo com a TABELA 16, a maior parte das ocupações geradas pelo setor de turismo foi gerada no setor de alimentação, em todas as regiões do país. No Nordeste, este segmento alcançou um percentual equivalente a 65,7% do total de empregos no turismo. Em segundo lugar, a atividade turística que gerou o maior número de ocupações foi a de transporte rodoviário de passageiros, na maioria das regiões. A única exceção foi encontrada no Resto do Brasil, região formada pelo Norte e Centro-Oeste. Isso pode ser explicado pela maior presença de transporte aquaviário no Norte do país. Na região Nordeste, o transporte rodoviário de passageiros foi responsável por 17,6% da mão de obra total do turismo.

Já a atividade turística que ocupou a terceira posição medida em maior participação nas ocupações turísticas foi o segmento de alojamento, que no Brasil alcançou um peso equivalente a 13%. Essa atividade de hospedagem na região Nordeste ficou muito próxima da média nacional, igual a 12,8%. Os demais setores que compõem o turismo atingiram menor relevância, conforme pode ser observado na Tabela 16, porém, chama atenção a diferença entre os pesos do setor aéreo no Sudeste e no Nordeste, em que os serviços aéreos corresponderam 2 vezes mais no Sudeste do que o percentual dessa atividade no setor turístico no Nordeste.

Uma síntese do número total de ocupações nas atividades do segmento turístico está disponível na TABELA 17, apresentada logo em seguida, e também informa a participação das ocupações turísticas no total das ocupações de cada região definida neste estudo e a distribuição regional desses empregos gerados pelo setor no país em comparação com a totalidade de empregos da economia.

TABELA 17 – Síntese sobre as ocupações nas atividades turísticas por região.

	NE	SE	SUL	RBR	BRASIL
Transporte rodoviário de passageiros	178.364	304.329	88.527	100.592	671.812
Transporte Aéreo de passageiros	7.251	37.017	6.577	5.008	55.854
Transporte Ferroviário de passageiros	6.512	14.728	3.510	1.113	25.864
Transporte Aquaviário de passageiros	2.617	689	1.016	3.022	7.344
Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros	1.037	2.997	679	712	5.426
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	4.562	10.295	2.314	2.190	19.360
Alojamento	129.202	211.110	85.062	108.561	533.934
Alimentação	664.737	1.299.090	324.496	408.953	2.697.276
Atividades recreativas e culturais	17.036	41.598	10.472	8.826	77.932
Emprego total no turismo	1.011.319	1.921.854	522.653	638.977	4.094.803
Emprego total na economia	25.884.218	41.175.128	15.172.258	14.415.535	96.647.139
Participação do turismo na economia (%)	3,9	4,7	3,4	4,4	4,2
Participação Regional no turismo (%)	24,7	46,9	12,8	15,6	100
Participação Regional na economia (%)	26,8	42,6	15,7	14,9	100

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

A partir da TABELA 17, nota-se que a participação regional do Nordeste no total das ocupações turísticas geradas no Brasil, em 2009, ficou abaixo do peso que a região obteve em relação aos empregos totais da economia e atingiu 24,7%. No entanto, a região Sudeste e Resto do Brasil se destacaram com participações no total da mão de obra do turismo acima de suas contribuições nos empregos totais do país. As atividades turísticas que mais diferenciaram o Sudeste do Nordeste e das outras regiões do país, em número de empregos, foram os segmentos de serviços aéreos de passageiros e as atividades culturais.

Conclui-se, assim, que o turismo no Nordeste tem mais relevância no total das ocupações na região, atingindo 3,9% dos empregos, enquanto que sua participação no PIB foi de 2,8%. Além disso, a contribuição do setor de turismo do Nordeste foi maior no total de empregos no país do que sua contribuição para o PIB brasileiro. Nesta seção, observou-se, ainda, que os setores de alimentação e transporte rodoviário de passageiros e alojamento são os principais geradores de emprego no turismo em todas as regiões do país, e tiveram participações na mão de obra acima dos seus percentuais sobre o PIB do turismo, o que reflete baixas remunerações nessas atividades, se comparada aos outros setores econômicos.

5.3. A INFORMALIDADE E CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES DO TURISMO NO NORDESTE

Nesta seção serão verificadas as participações das ocupações informais nas atividades de compõem o setor de turismo no Nordeste no total dos empregos e renda do trabalho, destacando as principais características dos trabalhadores como qualificação, idade e participação por gênero.

5.3.1. Empregos Informais no Turismo

Nesta subseção será realizada uma análise descritiva sobre o nível de informalidade das ocupações do turismo a partir das informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE para o ano 2009.

O nível de informalidade setorial é uma característica relevante no estudo do mercado de trabalho. Em geral, o setor informal é caracterizado por uma elevada vulnerabilidade do trabalhador, por não existir seguridade social, associada a salários mais reduzidos, se comparados à média da economia, e por uma baixa qualificação da mão de obra empregada. O estudo de Ulysea (2005), publicado no texto para discussão do IPEA, faz uma importante revisão de literatura sobre a informalidade no mercado de trabalho brasileiro e cita vários trabalhos importantes que destacam essas características da mão de obra informal.

A definição de informalidade adotada neste estudo refere-se àqueles trabalhadores sem carteira assinada, envolvidos na produção para consumo próprio ou trabalhadores por conta-própria sem qualquer contribuição para qualquer sistema de previdência. Neste capítulo também serão apresentados os coeficientes de empregos informais no turismo, a partir da MIP inter-regional de 2009, e seus multiplicadores de emprego no Nordeste.

Assim, a TABELA 18, a seguir, contém informações sobre a participação da mão de obra informal no total das ocupações do turismo e da economia.

TABELA 18 – Nível de informalidade (%) nas ocupações das atividades do turismo.

	NE	SE	SUL	RBR	BR
Transporte rodoviário de passageiros	62,91	31,48	25,77	58,42	41,73
Transporte Aéreo de passageiros	3,64	0	6,42	13,04	3,03
Transporte Ferroviário de passageiros	0	2,49	5,05	9,63	3,77
Transporte Aquaviário de passageiros	28,82	5,3	10,02	46,35	24,5
Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros	48,2	24,25	18,11	68,89	29,6
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	29,85	18,92	0	67,58	26,4
Alojamento	25,66	13,34	15,19	33,26	18,26
Alimentação- turística	71,98	45,83	41,33	75,82	54,79
Atividades recreativas e culturais	67,83	45,41	44,18	60,74	51,19
Turismo	67,37	40,19	36,88	66,51	48,9
Economia	65,36	37,65	40,67	61,48	47,86

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

Os dados sobre o nível de informalidade nas ocupações do turismo permitem inferir que o setor apresentou uma participação relativa da mão de obra informal acima da média verificada na economia em praticamente todas as regiões brasileiras, com exceção apenas da região Sul do Brasil.

No caso específico do Nordeste, o setor turístico teve uma participação da informalidade maior do que verificado em sua economia, atingindo 67,4%, em 2009. A informalidade no setor de turismo nordestino foi a mais elevada entre todas as regiões do país. Em contrapartida, o Sul obteve a menor incidência do trabalho informal no turismo, com apenas 36,88% das ocupações na informalidade. Essa característica é um indício de que o desenvolvimento do turismo no Sul do Brasil está associado a melhores condições no mercado de trabalho, se comparado com o Nordeste. De fato, as regiões menos desenvolvidas do país, Norte e Nordeste, são caracterizadas por suas grandes potencialidades para o desenvolvimento turístico, uma vez que possuem recursos naturais e aspectos histórico-culturais em abundância, porém, são aquelas que apresentam os maiores níveis de informalidade no setor.

Essa elevada participação do setor informal no turismo nordestino é impulsionada principalmente pelas atividades recreativas, transporte rodoviário de passageiros e o setor de alimentação. Todos esses segmentos têm um baixo nível de formalização da mão de obra ocupada, conforme está exposto na TABELA 18. Além disso, as diferenças entre o Nordeste e o Sudeste são extremamente elevadas no que se refere às participações do setor informal na economia e no turismo.

Desta maneira, através da segmentação dos setores formais e informais do turismo entre as macrorregiões do Brasil, é possível verificar o aumento de participação do Nordeste no setor

informal, onde este alcançou mais do que o dobro do percentual obtido pela região no segmento formal. O desempenho de cada região brasileira no total das ocupações formais e informais geradas no turismo em 2009 pode ser visto na FIGURA 18, abaixo.

FIGURA 18 – Distribuição regional das ocupações formais e informais no setor de turismo brasileiro.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

É importante destacar o aumento de participação das regiões Norte e Nordeste no total das ocupações informais do turismo no país, se comparada com o seu peso no setor formal. Por outro lado, as regiões Sudeste e Sul perderam peso no setor informal, se comparadas as suas participações no total das ocupações turísticas, refletindo um aumento das suas participações no total da mão de obra formal.

5.3.2. Características das ocupações no turismo

Nesta subseção foram analisados o nível de escolaridade, a idade média e a participação por gênero nas ocupações turísticas do Nordeste. Além disso, este estudo trata especificamente das características da mão de obra formal e informal empregada no turismo e na economia.

Observou-se que a maior parte dos trabalhadores no segmento turístico no Nordeste e no Brasil é qualificada, ou seja, tem pelo menos o ensino médio completo. Porém, apesar do nível de instrução e escolaridade média do pessoal ocupado no turismo ficar acima da média observada

para os trabalhadores na economia, o setor apresenta um nível educacional abaixo do setor de serviços, de acordo com as informações expostas na TABELA 19, a seguir.

TABELA 19 - Nível de instrução da mão de obra ocupada no Turismo.

Região/ Setor	Trabalhadores não-qualificados (ensino fundamental incompleto)	Trabalhadores semiqualeificados (ensino médio incompleto)	Trabalhadores qualificados (pelo menos o ensino médio completo)	Anos de estudo
Nordeste	(%)	(%)	(%)	
Agricultura	86,23	8,2	5,57	3,2
Indústria	43,35	18,55	38,1	7,6
Construção civil	66,19	17,59	16,22	5,5
Serviços	34,9	16,15	48,95	8,6
Turismo	36,62	18,08	45,3	8,3
Economia	53,08	14,11	32,81	6,7
Brasil				
Agricultura	80,8	10,56	8,64	4,0
Construção civil	60,2	19,78	20,01	6,3
Indústria	32,39	19,77	47,84	8,7
Serviços	28,3	16,79	54,92	9,4
Turismo	28,38	19,62	52	9,2
Economia	40,29	16,39	43,41	8,1

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

As informações contidas na TABELA 19 deixam evidente que 63,8% da mão de obra ocupada no turismo no Nordeste é, pelo menos, semiqualeificada, com a maior parte desse percentual composta por trabalhadores qualificados. A escolaridade média dos trabalhadores no setor de turismo na região Nordeste foi igual a 8,3 anos de estudo, valor acima da média encontrada para os setores da agricultura, indústria e construção civil, porém, um pouco abaixo da escolaridade do setor de serviços.

No Brasil, a escolaridade média dos trabalhadores no setor de turismo ficou acima da encontrada na economia da região Nordeste e atingiu 9,2 anos de estudo. Percebeu-se, que o setor de turismo no Nordeste seguiu o mesmo padrão do país, porém, o percentual de trabalhadores não-qualificados foi muito menor na média do turismo brasileiro do que no Nordeste.

As diferenças entre os níveis de instrução das ocupações no setor formal e informal no turismo podem ser verificadas na TABELA 20, a seguir. Embora o setor formal detenha um maior nível de escolaridade se comparado com o setor informal, para as atividades turísticas essas diferenças são amenizadas em relação à média encontrada para os setores da economia no Brasil e no Nordeste. Ainda, enquanto que um trabalhador formal no turismo no Nordeste tem em média cerca de dois anos a mais de estudos do que um trabalhador informal, para o conjunto das atividades econômicas essa diferença chega a ser quase o dobro.

TABELA 20 - Nível de instrução dos trabalhadores formais e informais no turismo.

Região	Trabalhadores não-qualificados (ensino fundamental incompleto)	Trabalhadores semiqualificados (ensino médio incompleto)	Trabalhadores qualificados (pelo menos o ensino médio completo)	Anos de estudo
Nordeste				
Turismo	36,6	18,1	45,3	8,3
Turismo formal	28,1	16,7	55,1	9,1
Turismo informal	51,1	21,5	27,4	6,9
Economia	53,1	14,1	32,8	6,7
Economia formal	27,9	13,6	58,5	9,3
Economia informal	66,4	14,4	19,2	5,3
Brasil				
Turismo	28,4	19,6	52,0	9,2
Turismo formal	27,4	20,1	52,5	9,2
Turismo informal	43,3	23,9	32,8	7,6
Economia	40,3	16,4	43,4	8,1
Economia formal	24,8	15,3	59,9	9,7
Economia informal	56,9	17,6	25,4	6,4

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

No Brasil, a diferença entre a escolaridade média dos trabalhadores formais e informais nas atividades turísticas foi um pouco mais baixa do que a encontrada no Nordeste, e atingiu 1,6 anos a mais de estudo, enquanto na economia brasileira essa diferença atingiu 3,3 anos. Isso reflete que o setor informal no turismo não é menos discrepante do segmento formal no que se refere ao nível de instrução da mão de obra empregada.

Entre as atividades que compõem o turismo no Nordeste, os maiores níveis de escolaridade foram encontrados nos trabalhadores do segmento de aluguel de veículos e de transporte aéreo. Já as atividades que tiveram o maior percentual de trabalhadores não-qualificados foram a de alimentação e transporte rodoviário de passageiro, que também são responsáveis pelo maior número de empregos no turismo. O nível de escolaridade e qualificação da mão de obra no setor de turismo pode ser visto na TABELA 21 adiante.

TABELA 21 - Nível de instrução da mão de obra ocupada em cada atividade turística do Nordeste.

Atividades turísticas	Trabalhadores não-qualificados (ensino fundamental incompleto)	Trabalhadores semi-qualificados (ensino médio incompleto)	Trabalhadores qualificados (pelo menos o ensino médio completo)	Anos de estudo
	(%)	(%)	(%)	
Transporte rodoviário de passageiros	46,66	18,83	34,51	7,4
Transporte Aéreo de passageiros	3,38	7,33	89,29	11,6
Transporte Ferroviário de passageiros	30,45	11,91	57,64	9,4
Transporte Aquaviário de passageiros	20,18	19,82	60	9,8
Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros	36,71	9,06	54,23	8,4
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	0	20,63	79,37	11,6
Alojamento	27,42	23,5	49,08	9,0
Alimentação- turística	49,29	22,3	28,4	6,9
Atividades recreativas e culturais	26,93	16,38	56,7	9,3

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

Outras características levantadas sobre as ocupações no turismo se referem à idade e ao gênero dos trabalhadores no setor, que são apresentadas na TABELA 22.

TABELA 22- Idade média do e participação de homens na mão de obra ocupada em cada atividade turística do Nordeste.

	Nordeste		Brasil	
	Idade média	Participação (%) de Homens	Idade média	Participação (%) de Homens
Transporte rodoviário de passageiros	37,6	94,2	39,4	89,66
Transporte Aéreo de passageiros	33,8	89,31	34,5	64,87
Transporte Ferroviário de passageiros	38,7	96,06	40,0	92,28
Transporte Aquaviário de passageiros	39,9	90,07	38,5	89,03
Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros	35,6	88,21	36,8	83
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	35,1	90,59	33,3	80,43
Alojamento	34,1	45,19	35,8	43,79
Alimentação- turística	35,6	51,96	36,6	47,6
Atividades recreativas e culturais	33,5	64,96	34,2	60,46
Turismo	35,8	78,99	36,9	73,62
Economia	36,9	59,07	37,5	57,35

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

A partir da TABELA 22, conclui-se que os trabalhadores do setor de turismo no Nordeste e no Brasil são em média mais jovens do que os trabalhadores da economia. A idade média do trabalhador do setor de turismo no Nordeste foi de 35,8 anos, enquanto que na economia foi um

pouco maior e atingiu 36,9 anos. Entre as atividades turísticas no Nordeste, os setores que tiveram trabalhadores com a idade mais baixa foi o segmento de atividades recreativas e o de transporte aéreo. Enquanto no Brasil, os trabalhadores no setor de turismo mais jovens estavam nas atividades de aluguel de automóveis e nas atividades recreativas. Já as atividades turísticas com a mão de obra ocupada com idade média mais elevada no Nordeste foram os segmentos de transporte aquaviário e transporte ferroviário e no Brasil, essa característica foi observada nas atividades de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros.

Através da análise descritiva das idades médias da mão de obra formal e informal no turismo, observou-se que, no Nordeste, o trabalhador informal no turismo teve uma idade média dois anos a menos do que a idade encontrada para o trabalhador no setor informal da economia nordestina. Para o Brasil, também foi observada essa característica. Contudo, tanto no Brasil como no Nordeste, a diferença nas médias de idade da mão de obra formal do turismo e da economia foi desprezível, como mostra a FIGURA 19 adiante.

FIGURA 19 – Idade média dos trabalhadores formais e informais no turismo.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

Outra característica observada foi à participação dos homens no total da mão de obra ocupada. Assim, as informações da TABELA 22, apresentadas anteriormente, mostram que a participação da mão de obra masculina no setor de turismo foi mais acentuada do que na média dos setores da economia. No Nordeste e no Brasil, as atividades turísticas com os maiores percentuais de trabalhadores homens foram aquelas ligadas ao transporte de passageiros. Já, as

ocupações turísticas com a maior participação de mulheres foram encontradas nos segmentos de hospedagem e alimentação.

Para as atividades informais no turismo houve uma menor participação de homens, na região Nordeste e no Brasil, em comparação com os demais setores informais da economia. Além disso, os setores formais turísticos têm uma maior presença relativa de homens em relação à média do mercado formal, conforme mostra a FIGURA 20.

FIGURA 20 – Participação masculina na mão de obra informal no turismo.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

Por fim, a última característica das ocupações no turismo diz respeito à participação do setor formal e informal no total das remunerações do trabalho. Portanto, a partir desses dados, ficou comprovado que o setor formal, na economia e no turismo, é responsável pela maior participação no rendimento total do pessoal ocupado. Devido ao fato das remunerações nos setores formais serem mais elevadas do que as remunerações nas atividades informais, o peso do segmento informal diminuiu de forma considerável no total do rendimento do trabalho. Todavia, no Nordeste essa característica foi menos acentuada do que no Brasil, conforme mostra a FIGURA 21, a seguir.

FIGURA 21 – Participação do setor formal e informal na renda do trabalho no turismo.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

Enquanto que as remunerações formais no turismo brasileiro corresponderam a 67,7% do total do rendimento do trabalho, no Nordeste esse percentual foi de apenas 53,3%. Isso é decorrente da forte participação da mão de obra informal no turismo nordestino, muito acima da média nacional. Desta maneira, constata-se que a região Nordeste aumenta seu peso relativo na renda do setor informal do turismo, conforme mostra a FIGURA 22, logo em seguida.

FIGURA 22 – Distribuição da renda do trabalho no turismo entre as regiões, por setor formal e informal.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

De uma forma geral, pode-se dizer que, em todas as atividades turísticas, o peso da renda do trabalho informal é menor do que sua participação nas ocupações.

FIGURA 23 – Participação das atividades turísticas nas ocupações e remunerações do trabalho no setor informal.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

A partir da FIGURA 23, conclui-se que, entre as atividades turísticas, os segmentos de alimentação, lazer (atividades recreativas e culturais) e transporte rodoviário de passageiros são os mais informais no turismo no Brasil e no Nordeste. Em contrapartida, o setor aéreo e transporte ferroviário de passageiros são os menos informais, com participação muito baixa da mão de obra informal. As demais atividades apresentam um baixo nível de informalidade em comparação com a média do setor de turismo e com a média da economia.

6. ANÁLISE DE RESULTADOS II: ANÁLISE DE IMPACTOS

Este capítulo contém a análise do setor de turismo na geração de emprego e renda no Nordeste e seus efeitos multiplicadores calculados a partir da MIP 2009. Além disso, serão apresentados os Índices de Ligação Hirschman – Rasmussen do setor de turismo, que mostram as relações intersetoriais que as atividades turísticas desempenham na economia como demandantes e fornecedora de insumos. Por fim, a última seção deste capítulo traz a contribuição potencial do setor de turismo na redução da desigualdade de renda no Nordeste.

6.1 IMPACTOS DO TURISMO NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO NORDESTE E SEUS EFEITOS MULTIPLICADORES

Os efeitos positivos do setor de turismo no Nordeste podem ser percebidos através dos multiplicadores de produção dessas atividades na região. Desta forma, a FIGURA 24, a seguir, mostra o multiplicador de produção na região, que expressa o quanto o aumento da produção de uma unidade monetária no setor turístico, decorrente do aumento da sua demanda final, gera de impacto na produção total, conforme mostra a Equação (15) exposta no capítulo 4.

FIGURA 24 – Multiplicadores de produção do turismo no Nordeste.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MCS 2009.

A FIGURA 24 deixa evidente que a atividade turística no Nordeste com o maior multiplicador de produção foi o segmento de alimentação, significando que para R\$1 milhão da produção nesse setor, ele gera R\$2,10 milhões na economia, um valor bastante expressivo e acima da média do setor de turismo que foi igual a 1,31. Por sua vez, a atividade que apresentou o menor multiplicador de produção foi a do setor de alojamento, com um coeficiente igual a 1,20. Esses valores expressam os efeitos diretos e indiretos das atividades turísticas na economia. No trabalho de Takasago et al. (2010) os valores dos multiplicadores das atividades turísticas estimados para o Brasil, em 2006, ficaram muito próximos aos encontrados neste estudo, por exemplo, o multiplicador do setor de alimentação turística foi correspondente a 2,02.

Uma característica bastante acentuada no setor de turismo é a utilização intensiva de mão de obra, por se tratar de um setor de serviços com baixa utilização de capital na maior parte das atividades. Desta maneira, torna-se indispensável o levantamento de informações referentes ao número de empregos gerados no setor e seus efeitos multiplicadores na economia. Nesse sentido, os valores dos coeficientes de emprego no turismo expressam quantos trabalhadores são empregados para cada R\$1 milhão de produção no turismo no Nordeste e os geradores de empregos expressam quantos empregos estão envolvidos direta e indiretamente com a atividade para atender a cada R\$1 milhão da demanda final. A FIGURA 25, a seguir, contém essas informações, de acordo com cada atividade do segmento.

FIGURA 25 – Coeficientes e Geradores de Emprego do Turismo no Nordeste.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Nota: Os valores da MIP estão expressos em R\$ milhões.

Dentre as atividades turísticas apresentadas na FIGURA 25, aquelas que mais têm impactos sobre a geração de emprego por valor de produção, de forma direta, destacam-se as atividades culturais e o setor de alimentação. Já as atividades de transportes auxiliares de passageiros e o transporte aéreo empregam relativamente menos o fator trabalho, em relação ao valor da produção total.

A FIGURA 26, a seguir, mostra que as atividades de transporte auxiliares de passageiros, a de aluguel de veículos e o setor aéreo têm maior impacto na geração de empregos para cada unidade de trabalhador utilizada em sua produção. Porém, vale ressaltar que esses segmentos foram os que apresentaram menores coeficientes de emprego. Isso acontece possivelmente porque essas atividades utilizam insumos de produção com maior intensidade relativa do fator trabalho.

FIGURA 26 – Multiplicadores de Emprego do Turismo no Nordeste.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Nesta primeira parte análise deste capítulo serão apresentados os índices de ligação Hirschman – Rasmussen do setor de turismo no Nordeste. Tais índices são apresentados na TABELA 23 e indicam o nível de dependência do setor com as demais atividades da economia.

TABELA 23 – Índices de Ligação Hirschman – Rasmussen do Turismo no Nordeste.

	INDICE DE LIGAÇÃO PARA TRÁS	INDICE DE LIGAÇÃO PARA FRENTE
Transporte rodoviário	0,99	0,64
Transporte Aéreo de passageiros	0,93	0,84
Transporte Ferroviário de passageiros	0,77	0,56
Transporte Aquaviário de passageiros	0,96	0,68
Atividades Auxiliares de Transporte	0,83	0,83
Aluguel de automóveis	0,92	1,15
Alojamento	0,65	0,63
Alimentação - Turístico	1,14	0,57
Atividades recreativas e culturais	0,82	0,77
Setor Turístico	0,71	0,65

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Antes de explorar os resultados disponíveis na TABELA 23, é importante lembrar que se os valores dos índices de ligação Hirschman – Rasmussen forem maiores do que 1, significa que o setor específico demanda mais do outros setores do que a média da economia, no caso do índice de ligação para trás, ou fornece mais insumos para as demais atividades do que a média dos setores economia, no caso do índice de ligação para frente.

Sendo assim, é possível perceber que as atividades turísticas apresentam valores maiores dos índices de ligação para trás, que tiveram uma média igual a 0,71 no setor de turismo. Já em relação aos valores do índice de ligação para frente, esse valor foi igual a 0,65, pois essas atividades demandam insumos de produção para atender quase que exclusivamente a demanda final. Os valores encontrados para os índices de ligação para frente e para trás no turismo mostram que, em ambos os casos, o setor de turismo exerce baixas ligações intersetoriais.

A atividade turística que apresentou o maior índice de ligação para trás foi o segmento voltado aos serviços de alimentação, com um índice igual a 1,14, significando que este setor demanda relativamente mais insumos para a sua produção em relação à média observada para os setores da economia. Destaca-se também que o setor de transporte rodoviário de passageiros teve um índice de ligação para trás praticamente igual à média dos outros setores no Brasil.

Os índices de ligação para frente das atividades turísticas encontrados ficaram abaixo da média dos demais setores da economia, porém, as atividades que mais se destacaram foram a de aluguel de veículos, com um índice equivalente a 1,15 e transporte aéreo de passageiros, que obteve um valor igual a 0,84.

Resumidamente, nesta primeira seção, as principais conclusões referentes aos multiplicadores de produção destacam a importância dos setores de alimentação e transporte rodoviário de passageiros, enquanto que no que se refere aos multiplicadores de empregos os maiores valores foram encontradas para as atividades auxiliares de transporte e de aluguel de automóveis, que estão condizentes com os resultados encontrados para os índices de ligação Hirschman – Rasmussen.

6.2. MULTIPLICADORES DE EMPREGO: FORMAL E INFORMAL

As informações disponíveis na MIP sobre os empregos formais e informais de cada setor permitiram que fossem calculados os multiplicadores de formalidade e informalidade em cada

atividade turística. Esta análise da informalidade no turismo é inédita e traz informações complementares sobre a caracterização da mão de obra envolvida no processo produtivo do turismo de forma direta e indireta.

Assim, é possível perceber em que magnitude uma atividade formal turística impacta os outros setores formais da economia, como também, fazer essa mesma análise da perspectiva do segmento informal. A TABELA 24 compara os coeficientes e multiplicadores de empregos das atividades do turismo dos segmentos formais e informais.

TABELA 24 – Coeficientes de emprego e Geradores das atividades turísticas formais e informais.

	Coeficiente de emprego		Gerador de emprego	
	Informalidade	Formalidade	Informalidade	Formalidade
Transporte rodoviário de passageiros	25,6	15,1	30,8	20,8
Transporte Aéreo de passageiros	0,2	5,5	4,6	10,6
Transporte Ferroviário de passageiros	0,0	21,5	2,8	25,0
Transporte Aquaviário de passageiros	2,4	6,0	6,4	11,3
Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros	1,2	1,3	5,1	5,7
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	3,1	7,3	9,6	18,8
Alojamento	8,1	23,4	11,2	25,4
Alimentação - Turístico	47,4	18,5	69,3	29,8
Atividades recreativas e culturais	61,0	28,9	66,4	34,8

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

As informações disponíveis na TABELA 24 mostram que os maiores coeficientes de empregos informais se encontram nas atividades recreativas e no setor de alimentação, com os valores iguais a 61,0 e 47,4 empregos informais para cada R\$1 milhão produzido em cada atividade, respectivamente. Já aquelas atividades que apresentam os menores coeficientes de empregos informais são o setor de transporte ferroviário de passageiros e o setor de transporte aéreo, com praticamente nenhuma mão de obra informal empregada no setor.

Os dados referentes aos coeficientes de empregos formais mostram que o setor de recreação e cultura também apresenta o maior coeficiente de emprego formal, isso ocorre porque, em geral, os setores que englobam muita mão de obra em sua produção acabam gerando elevados coeficientes de emprego nos segmentos formais e informais. Por isso, as atividades de alojamento e alimentação também obtiveram coeficientes de empregos formais bem expressivos.

Os geradores de empregos formais e informais da TABELA 24 revelam que os segmentos de alimentação, recreação e transporte rodoviários de passageiros, têm valores elevados dos geradores de empregos informais, muito superiores aos seus respectivos geradores de empregos

formais. No caso das atividades recreativas, por exemplo, uma produção de R\$1 milhão na sua demanda final impulsiona 66,4 novos empregos informais e na 34,8 novos empregos formais na economia.

Por fim, os multiplicadores de empregos formais e informais mostram a relação entre cada emprego formal e informal de cada atividade turística e seus impactos sobre os demais empregos formais e informais da economia, como está exposto na FIGURA 27, a seguir.

FIGURA 27 – Multiplicadores de empregos formais /informais.

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD 2009.

A FIGURA 27 revela que as atividades do setor turístico com os maiores multiplicadores de empregos são aquelas ligadas aos serviços de transporte de passageiros, em geral. No caso específico das atividades auxiliares de transporte de passageiros, para cada emprego formal utilizado no segmento são estimulados 4,5 empregos formais na economia. Já no setor de aluguel de automóveis, para cada emprego informal no setor são necessários um pouco mais de 3 empregos informais.

6.3. A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR DE TURISMO NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA

Nesta seção serão abordadas as influências da estrutura de consumo das famílias brasileiras, que compõe a demanda final do setor de turismo, sobre a distribuição da renda do trabalho na economia. Para isso, o consumo das famílias e as remunerações do trabalho passaram a ser endógenos ao modelo da MIP, e dividido em 6 estratos de renda por setor. Assim, é possível obter as relações do consumo das atividades turísticas sobre as desigualdades de renda na região Nordeste, conforme foi apresentado no capítulo de metodologia deste estudo.

Inicialmente, destacam-se a participação do consumo dos serviços de turismo no total do consumo das famílias em cada região brasileira. Assim, percebe-se, a partir da FIGURA 28, a seguir, que o consumo total dos serviços turísticos correspondeu a uma média de 7% no total dos gastos dos domicílios no país, sendo a região Sudeste aquela que teve um percentual de consumo acima da média nacional e atingiu 7,8%, enquanto o Nordeste e demais regiões tiveram um percentual ao redor de 6%. O fato de o Sudeste ter obtido um maior consumo relativo ao setor de turismo é justificável uma vez que as atividades turísticas são serviços que têm demandas mais sensíveis a níveis mais elevados de renda e o Sudeste é a região mais rica do Brasil.

FIGURA 28 – Participação do turismo no consumo total das famílias.

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Além dos dados referentes ao consumo de turismo nas regiões brasileiras, observou-se que a proporção dos domicílios que têm gastos em turismo aumenta consideravelmente à medida que a renda do *per capita* domiciliar cresce. No Nordeste, a proporção de domicílios com gastos no setor de turismo ficou acima da média nacional na maior parte da distribuição, exceto para os domicílios situados no último estrato de renda. A FIGURA 29 contém o percentual de domicílios que gastaram em turismo por quintil da renda *per capita*.

FIGURA 29 – Proporção de domicílios com gastos em turismo no Brasil.

Fonte: Elaboração própria. Dados da POF 2008/2009.

Uma explicação para a maior participação relativa da população nordestina no consumo turístico pode ser decorrente da elevada quantidade de atrativos turísticos na região ligados principalmente ao turismo “sol e praia”, não sendo necessários gastos elevados para serem desfrutados pela população do Nordeste.

A partir da FIGURA 29 é possível verificar que os gastos dos domicílios diferem de acordo com os estratos de renda definidos. Portanto, ao tornar o consumo das famílias endógeno no modelo de MCS e também as suas rendas originárias do trabalho, pode-se constatar o efeito induzido do aumento da renda sobre o consumo e a produção final das atividades turísticas. Desta forma, percebe-se que o efeito induzido gerado pelo aumento da renda das famílias sobre a produção do setor de turismo é bastante elevada no Nordeste, de acordo com a TABELA 25 adiante.

TABELA 25 – Multiplicadores de Produção das atividades turísticas no Nordeste

	Efeito direto + indireto	Efeito Induzido	Efeito total
Alimentação – Turística	2,1	1,6	3,7
Transporte rodoviário	1,8	1,9	3,7
Transporte Aquaviário de passageiros	1,8	1,2	3,0
Transporte Aéreo de passageiros	1,7	1,0	2,7
Aluguel de automóveis	1,7	1,0	2,7
Atividades Auxiliares de Transporte – Passageiros	1,5	1,1	2,6
Atividades recreativas	1,5	1,6	3,1
Transporte Ferroviário de passageiros	1,4	2,4	3,8
Alojamento	1,2	1,1	2,3

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

A TABELA 25 deixou evidente que os efeitos induzidos nas atividades turísticas no Nordeste são elevados no multiplicador de produção. Por exemplo, que para cada aumento de R\$1 milhão na produção do setor de transporte ferroviário de passageiros no Nordeste seriam gerados R\$3,8 milhões de efeito total na produção, sendo R\$1,4 milhão de impactos diretos e R\$2,4 milhões de impactos induzidos, também conhecido como o efeito renda, decorrente do aumento do consumo das famílias.

Os multiplicadores de produção com os efeitos induzidos elevados apontam indícios sobre a potencialidade das atividades turísticas na geração de renda na economia do Nordeste e seus possíveis efeitos positivos sobre a redução na desigualdade de renda na região. Portanto, na última etapa deste trabalho foram analisados os índices de Gini, calculados a partir das remunerações do trabalho, e suas variações depois de um choque exógeno de R\$1 bilhão (cerca de 10% do PIB do turismo) em cada atividade que compõe o setor de turismo no Nordeste.

Uma breve contextualização dos níveis de desigualdades de renda no Brasil, medidos pelo índice de Gini, torna-se imprescindível para se entender a relevância da questão distributiva no país e, mais especificamente, na região Nordeste. Desta maneira, a TABELA 26, a seguir, contém os índices de Gini para cada região no Brasil calculado pelas 3 bases de dados utilizadas neste estudo, a MIP 2009, a POF 2008/2009 e a PNAD 2009. Os índices de Gini da POF e da PNAD são calculados a partir da renda *per capita* total e, portanto engloba a participação de crianças e idosos, e outras fontes de rendimentos, além da remuneração do trabalho. Já o índice de Gini da MIP é calculado pelas remunerações nos estratos de renda de cada setor da economia e incorpora as remunerações da mão de obra ocupada. A metodologia para o cálculo do índice de Gini foi apresentada na seção 5.6. deste trabalho.

TABELA 26 – Índices de Gini por região brasileira.

Região	MIP	PNAD	POF
NE	0,486	0,557	0,540
SE	0,466	0,507	0,518
SUL	0,475	0,488	0,484
RBR	0,536	0,555	0,526
BR	0,504	0,540	0,543

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009, PNAD 2009 e POF 2008/2009.

De uma forma geral, percebe-se que, entre as regiões brasileiras, o Nordeste apresenta os piores indicadores de equidade de renda. A exceção foi para o índice de Gini calculado através da MIP, em que a região Nordeste ficou atrás do Resto do Brasil (RBR). Isso aconteceu porque devido ao fato desse índice de Gini ter sido calculado em relação às remunerações setoriais por faixa de renda, a RBR é uma média das regiões Norte e Centro-Oeste, duas regiões brasileiras com elevadas concentrações relativas no setor primário e uma economia pouco diversificada, fatores que podem contribuir para um elevado índice de Gini nessa região. Outro ponto é que o cálculo do índice de Gini através da MIP considera apenas as pessoas ocupadas e remuneradas, portanto, estão de fora as pessoas de baixa renda que recebem alguma transferência do Governo, favorecendo, assim, a redução do índice de Gini do Nordeste.

Através dos dados de distribuição de renda obtidos na MIP deste estudo, foram calculados os índices de Gini setoriais para as atividades turísticas no Nordeste. Sendo assim, a TABELA 27 contém os índices de Gini para o setor de turismo no Nordeste, que reflete as desigualdades entre os 6 estratos de renda definidos par o setor.

TABELA 27 – Índices de Gini para o setor de turismo no Nordeste

Atividade Turística	Índice de GINI
Transporte rodoviário de passageiros	0,271
Alimentação – Turística	0,290
Alojamento	0,349
Transporte Aquaviário de passageiros	0,369
Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	0,389
Atividades recreativas e culturais	0,427
Transporte Ferroviário de passageiros	0,447
Atividades Auxiliares de Transporte – Passageiros	0,499
Transporte Aéreo de passageiros	0,508
Turismo	0,392
Economia	0,486

Fonte: Elaboração própria. Dados da MIP 2009.

Os índices de Gini apresentados na TABELA 27 indicam que a maioria das atividades turísticas na região Nordeste tem uma concentração de renda mais baixa do que a média observada para a economia nordestina. Entre as atividades com maior distribuição de renda estão as de transporte rodoviário de passageiros, alimentação turística e alojamento, já as mais concentradoras de renda são os segmentos de transporte aéreo de passageiros e atividades auxiliares de transporte. Assim, pode-se inferir que as atividades que são intensivas em mão de obra têm uma maior capacidade de distribuir a renda de forma mais equitativa. Já os setores intensivos em capital tendem a apresentar uma maior concentração de renda, inclusive porque há um emprego de mão de obra mais qualificada.

Por fim, para concluir o estudo dos impactos do setor de turismo no Nordeste sobre o nível de disparidade de renda na região e no Brasil, foi realizado um choque exógeno na demanda final das atividades turísticas na região Nordeste no valor de R\$1 bilhão em cada atividade turística nordestina. Assim, verificou-se que com esse choque, os maiores ganhos foram nas remunerações dos trabalhadores das classes de renda média baixa, no Nordeste e no Brasil, uma vez que os índices de Gini dessas regiões diminuíram, conforme mostra a TABELA 28 apresentada logo em seguida.

TABELA 28 – Efeitos do turismo sobre a desigualdade de renda

	Índice de Gini da Região/país		
	Antes	Depois	Varição(%)
NE	0,486	0,477	-1,95
BR	0,5044	0,5042	-0,06

Fonte: Elaboração própria. Dados da MCS 2009.

Portanto, com os resultados da TABELA 28, ficaram comprovados os efeitos positivos potenciais do setor de turismo na melhoria da desigualdade de renda do setor produtivo no Nordeste e no Brasil, cujas reduções no índice de Gini foram de 1,96% e 0,06%, respectivamente. Os maiores efeitos encontrados foram no Nordeste, uma vez que, o choque exógeno foi realizado na demanda final do setor, como forma de investigar os possíveis benefícios do turismo sobre a redução da desigualdade de renda na região. Mesmo assim, foi constatado que o efeito positivo do turismo no Nordeste pode beneficiar não apenas a melhor distribuição de renda na região

Nordeste, como esses efeitos acabam transbordando para o país como um todo através das relações intersetoriais existentes entre as regiões.

Apesar dos efeitos positivos do setor de turismo sobre a desigualdade da renda do trabalho no Nordeste e no Brasil, há limitações quanto aos resultados encontrados, pois nessas medidas de desigualdade não estão incorporadas as remunerações do capital. Sendo assim, esses resultados podem estar subestimados quando forem considerados todos os rendimentos do setor.

7. CONCLUSÕES

O Nordeste se destaca no setor de turismo no Brasil principalmente por suas características referentes aos aspectos naturais e formação histórico-cultural na região, e tem o turismo “sol e praia” como seu principal atrativo. Entretanto, é fato que a exploração econômica do turismo no Nordeste ainda está aquém de suas potencialidades. Além disso, as informações sobre a economia do turismo no Nordeste brasileiro são bastante limitadas. No caso do turismo no Nordeste, são praticamente inexistentes as informações do peso do setor de turismo na geração de valor de produção, emprego e renda, além de haver poucos estudos mais detalhados sobre os benefícios socioeconômicos potenciais do setor como, por exemplo, em relação à distribuição de renda na região. Desta forma, este trabalho buscou contribuir com a redução dessa lacuna, a partir do levantamento e análise detalhada dessas informações para o setor de turismo no Nordeste brasileiro.

Constatou-se que o setor de turismo correspondeu a 2,27% do PIB nacional, enquanto que na região Nordeste essa participação atingiu o valor de 2,77% do PIB regional, evidenciando a maior importância relativa do turismo na economia nordestina, embora esse valor ainda seja considerado pequeno. Assim, o Nordeste brasileiro ganhou uma maior posição relativa no total do PIB do turismo brasileiro, atingindo uma participação de 17%, enquanto o peso da economia do Nordeste no país correspondeu a 14%, em 2009. Em relação ao percentual das ocupações no setor de turismo sobre o total de ocupações da economia do Nordeste, esse valor atingiu 3,9%, acima da participação do turismo no PIB regional, entretanto, o turismo no Nordeste mostrou-se relativamente menos intensivo em mão de obra do que a média nacional, que atingiu 4,2% das ocupações no país.

Na composição da participação de cada atividade na geração de emprego e renda no setor de turismo no Nordeste e no Brasil, destacaram-se as atividades de alojamento, transporte rodoviário de passageiros e alimentação. Os multiplicadores de produção com os maiores valores foram dos setores de alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo e aluguel de veículos. Já os multiplicadores de empregos mais elevados foram o de transportes auxiliares de passageiros, aluguel de veículos e transporte aéreo.

Em relação às características da mão de obra empregada no turismo, a principal informação levantada foi sobre a informalidade. Os resultados apontaram um nível de

informalidade do turismo acima da média da economia brasileira em todas as regiões, principalmente no Nordeste do país. Esse resultado sugere a necessidade de políticas públicas voltadas para incentivar o aumento da formalidade no setor de turismo, como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados e os efeitos positivos sobre a remuneração da mão de obra.

A última parte deste estudo foi direcionada para verificar os impactos do turismo sobre a distribuição de renda na economia, mais especificamente, a renda do trabalho. Sendo assim, foram calculados índices de Gini para o turismo e para cada atividade específica do setor, o que apontou uma menor concentração de renda nesse segmento, em relação à média do índice de Gini no Nordeste e no país. Além disso, foram simulados efeitos do aumento da demanda final do turismo no Nordeste sobre a desigualdade de renda na região, e, desta forma, ficou nítida a potencialidade do setor turístico na redução da desigualdade de renda na região Nordeste, que após o choque na demanda final do turismo na região teve uma redução de 1,96% no índice de Gini e de 0,06% no Brasil, corroborando com os resultados encontrados por Haddad et. al (2013) e Souza e Silveira Neto (2012).

Conclui-se, desta maneira, que o setor de turismo no Nordeste traz benefícios econômicos e sociais não desprezíveis, na geração de emprego e renda, e nos aspectos distributivos, como comprovados pelos resultados deste estudo. Assim, os resultados apontam uma vantagem comparativa do turismo na região, pois há uma dotação de fatores, fortemente baseada nos recursos naturais, que torna o turismo um setor com grandes potencialidades de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. O. e GUILHOTO, J. J. M. Crescimento econômico e distribuição de renda: uma análise a partir das estruturas econômicas do Brasil contemporâneo, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A049.pdf>> Acesso: 15 mar. 2012
- ARCHER, B. H. "Economic Impact Analysis." *Annals of Tourism Research* 23(3):704-707, 1996.
- ASHLEY, C.; GOOGWIN, H. "Turismo pro-pobre" – ¿Qué ha ido bien y qué ha ido mal?. Opinión, Overseas Development Institute, junho, 2007.
- BLAKE, A., ARBACHE, J. S. ; SINCLAIR, M. T. e TELES, V. *Tourism and Poverty Relief*, *Annals of Tourism Research*, 35(1):107-126, 2008.
- BRASIL/ BNB. Prodetur Nordeste. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>> Acesso em: 02 fev. 2014.
- BRASIL/ IBGE/MTUR. Economia do turismo – Análise das atividades características do setor 2003. Disponível em: <http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/Conta%20Satelite/economia_turismo___dados_de_2003.pdf> Acesso: 07 jan. 2009
- BRASIL/ MTUR/ FIPE. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil-2007. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/domestica/downloads_domestica/Relatxrio_Executivo_Tur_Dom_2007.pdf>. Acesso: 10 mar. 2012
- BRASIL/ MTUR/EMBRATUR. Anuários estatísticos, 2001 a 2012. Disponível em: <www.turismo.gov.br>.
- BRASIL/ MTUR. Estudo da Demanda Turística Internacional 2006-2012, 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/download_internacional/Demanda_Turxstica_Internacional_-_Fichas_Sinteses_-_2006-2012_reparado_nota_FOZ.pdf>. Acesso: 26 fev 2014.
- CASIMIRO FILHO, F., Contribuições do turismo à economia brasileira. Tese de doutorado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2002.
- CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Dados e publicações estatísticas. 2011.
- CROES, R., e VANEGAS, M. *Cointegration and Causality between Tourism and Poverty Reduction*, *Journal of Travel Research* 2008, 47, jan, 2008. Disponível na internet: <<http://jtr.sagepub.com/cgi/content/abstract/47/1/94>> Acesso em 20 mar. 2009

DUARTE, T. e GOUVEIA, M. O Cluster Turismo em Portugal, set. 2001.

Disponível na internet:

http://www.gee.min-economia.pt/resources/docs/publicacao/RT/cluster_turismo.pdf

Acesso: 20 dez 2005

FERREIRA, F. H. G., LEITE, P. G. e RAVALLION, M. *Poverty reduction without economic growth? Explaining Brazil's Poverty Dynamics, 1985-2004*. Policy Research Working Paper, 4431, Banco Mundial, dezembro, 2007.

Disponível na internet:

<http://www.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2007/12/05/000158349_20071205150844/Rendered/PDF/wps4431.pdf>

Acesso: 20 out. 2009

FRECHTLING, D. C. e HORVATH, E. *Estimating the Multiplier Effects of Tourism Expenditures on a Local Economy through a Regional Input-Output Model*. Journal of Travel Research 37(May):324-332. 1999.

GUILHOTO, J. J. M. *Input – Output Analysis: Theory and Foundations*, 2011. Disponível em:

<<http://mpr.ub.uni-muenchen.de/32566/>>

GUILHOTO, J. J. M., et al. *Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. ISBN: 978.85.7791.110.3, 2010.

GUILHOTO, J. J. M. *Estimação da Matriz insumo-produto inter-regional brasileira para 2009*. Mimeo. 2013.

HADDAD, E. A; PORSSE, A.; RABAHY, W. *Domestic tourism and regional inequality in Brazil*, 2013. Disponível em:

<<http://mpr.ub.uni-muenchen.de/32942/>> Acesso em 15. jun. 2013.

HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

INEGI/ México. *Instituto Nacional de Estadística y Geografía*. 2014.

JAMIESON, W., GOODWIN, H e EDMUNDS, C. *Contribution of tourism to poverty alleviation: pro-poor tourism and challenge of measuring impacts*. Disponível em:

< <http://www.haroldgoodwin.info/resources/povertyalleviation.pdf>> Acesso em 01 out. 2009

MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R . *Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local*. In: I Seminário Internacional O desenvolvimento local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas, 2004, Rio Claro. Anais do I Seminário Internacional O desenvolvimento local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas. Rio Claro : IGCE-UNESP, 2004. v. 1. p. 1-11.

Disponível na internet:

www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/mamberti01.pdf

MILLER, R.E., BLAIR, P.D. *Input-Output Analysis: Foundations and Extensions*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 2009.

NERI, M. e SOARES, W. Turismo sustentável e alívio a pobreza: avaliação de impacto. Disponível em:
<[http://www.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/BES/bes07_TUR_Arcabouco\(1\).pdf](http://www.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/BES/bes07_TUR_Arcabouco(1).pdf)>
Acesso: 06 out. 2009

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Tourism and Poverty alleviation*. Disponível em: <<http://www.unwto.org>> Acesso: 01 out. 2009

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Tourism Highlights 2013*. Disponível em:
<http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_highlights13_en_hr.pdf> Acesso:
04 jan. 2014

RASMUSSEN, P. *Studies in intersectoral relations*. Amsterdam: North Holland, 1956.

SILVEIRA NETO, R. M. E GONÇALVES, M. C. *Regional per capita income inequality reduction in Brazil from 1995 to 2005: labor productivity convergence or public income transferences?*. Anais XXXV Encontro Nacional de Economia, Recife, novembro 2007.

SILVEIRA NETO, R. M. ; AZZONI, C. R. . *Non-spatial public policies and regional inequality in Brazil*. In: RSAI World Congress 2008, 2008, São Paulo. Annals of RSAI World Congress 2008, 2008.

SOUZA, P. I. A. ; SILVEIRA NETO, R. M. . Identificação e caracterização de clusters potenciais de turismo no Nordeste: uma análise exploratória a partir de dados da PNAD. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007, Recife-PE.

SOUZA, P. I. A. ; SILVEIRA NETO, R. M. . Turismo no Nordeste: Afinal, Qual é a Importância da Atividade para a Região?. In: XIII Encontro Regional de Economia, 2008, Fortaleza-CE.

SURUGIU, C. *The Economic Impact of Tourism. An Input-Output Analysis*. *Romanian Journal of Economics* 29 (2 (38)), 142-161, 2009.

TAKASAGO, M. Análise das potencialidades do setor de turismo na economia brasileira: uma aplicação de modelo de equilíbrio geral computável. Tese (doutorado em Ciências Econômicas). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

TAKASAGO, M.; GUILHOTO, J. J. M.; MOLLO, M. L.R.; ANDRADE, J. P.. O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), v.40, n.3, dez, 2010.

TEIXEIRA, S.; CASTELAR, I; SOARES, F. Estudos econômicos: impactos dos gastos turísticos sobre produto, renda e emprego no setor de insumo-produto estadual. CENER – CAEN/UFC, 2000.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. Política Nacional de Turismo no Brasil: da Municipalização à Regionalização. *Book of Proceedings*, vol. I – *International Conference on Tourism & Management Studies*, Algarve, 2011.

TOURINHO, O. A. F; SILVA, N. L.C; ALVES, Y. L. B. Uma Matriz de Contabilidade Social para o Brasil em 2003. Texto para discussão, Nº 1242, IPEA, Rio de Janeiro, dez. 2006.

ULYSSEA,G. Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Resenha da Literatura. Texto para discussão, Nº1070, IPEA, Rio de Janeiro, fev. 2005.

ZYLBERBERG, R. S. Transferência de Renda, Estrutura Produtiva e Desigualdade: Uma Análise Inter-regional para o Brasil. Tese (Dissertação de mestrado em Economia). Universidade de São Paulo, 2008.

APÊNDICE A

Compatibilização entre a MCS - 66 setores e a MCS – 13 setores

66 Setores - MCS		13 Setores - MCS			
1	Agricultura, silvicultura, exploração florestal	Agropecuária	1		
2	Pecuária e pesca				
3	Petróleo e gás natural	Indústria extrativa mineral	2		
4	Minério de ferro				
5	Outros da indústria extrativa				
6	Alimentos e Bebidas				
7	Produtos do fumo				
8	Têxteis	Indústria de transformação	3		
9	Artigos do vestuário e acessórios				
10	Artefatos de couro e calçados				
11	Produtos de madeira - exclusive móveis				
12	Celulose e produtos de papel				
13	Jornais, revistas, discos				
14	Refino de petróleo e coque				
15	Alcool				
16	Produtos químicos				
17	Fabricação de resina e elastômeros				
18	Produtos farmacêuticos				
19	Defensivos agrícolas				
20	Perfumaria, higiene e limpeza				
21	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas				
22	Produtos e preparados químicos diversos				
23	Artigos de borracha e plástico				
24	Cimento				
25	Outros produtos de minerais não-metálicos				
26	Fabricação de aço e derivados				
27	Metalurgia de metais não-ferrosos				
28	Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos				
29	Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos				
30	Eletrodomésticos				
31	Máquinas para escritório e equipamentos de informática				
32	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos				
33	Material eletrônico e equipamentos de comunicações				
34	Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico				
35	Automóveis, camionetas e utilitários				
36	Caminhões e ônibus				
37	Peças e acessórios para veículos automotores				
38	Outros equipamentos de transporte				
39	Móveis e produtos das indústrias diversas				
40	Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana			Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4
41	Construção			Construção	5
42	Comércio	Comércio	6		
43	Transporte de cargas	Transporte, armazenagem e correio	7		
44	Correios				
45	Serviços de informação	Serviços de informação	8		
46	Intermediação financeira e seguros	Intermediação financeira, seguros	9		
47	Aluguel de automóveis e de outros meios de transporte terrestre	Atividades imobiliárias e aluguel	10		
48	Outras atividades imobiliárias e de aluguel de bens móveis e imóveis				
49	Alimentação - Não turístico	Outros serviços	11		
50	Serviços prestados às empresas				
51	Educação mercantil				
52	Saúde mercantil				
53	Serviços de manutenção e reparação				
54	Outros serviços prestados às famílias				
55	Serviços domésticos				
56	Educação pública	Administração, saúde e educação públicas	12		
57	Saúde pública				
58	Administração pública e seguridade social	Turismo	13		
59	Transporte rodoviário de passageiros				
60	Transporte Aéreo de passageiros				
61	Transporte Ferroviário de passageiros				
62	Transporte Aquaviário de passageiros				
63	Atividades Auxiliares de Transporte - Passageiros				
64	Alojamento				
65	Alimentação - Turístico				
66	Atividades recreativas e culturais				

APÊNDICE B

Resumo da MCS (valores em R\$milhões): Parte1

		Setores (66)			
		NE	SE	SUL	RBR
Setores (66)	NE	163594	50092	16009	16127
	SE	65247	1062814	99496	91769
	SUL	14496	79673	295944	24484
	RBR	10356	58503	19347	189394
Remuneração do trabalho (6)	1	73027	162580	51751	51435
	2	22590	109981	35794	25105
	3	33217	166800	50564	38185
	4	24752	127965	38704	36109
	5	18217	77834	22147	21402
	6	25434	128424	28551	42432
Remuneração do Capital		184623	720605	232806	198234
Governo		28618	161237	40023	31856
Mundo		21560	126717	40895	21970
Valor da produção		685730	3033225	972031	788501

Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa.

Nota: A conta Governo agrega todos os impostos envolvidos no processo produtivo, inclusive os impostos de importação. A conta Mundo agrega os valores das importações.

Renda do fator trabalho		
	Estrato de Renda	Salários Mínimos
1	Até R\$830	0 a 2
2	R\$830 - R\$1245	2 a 3
3	R\$1245-R\$2490	3 a 6
4	R\$2490-R\$4150	6 a 10
5	R\$4150-R\$6225	10 a 15
6	R\$6225 ou mais	Mais de 15

APÊNDICE C

Resumo da MCS (valores em R\$milhões): Parte 2

		Setores (66)				Famílias (6)				Governo	Capital (2)	Mundo	Valor da produção
		NE	SE	SUL	RBR	NE	SE	SUL	RBR		Investimento	Expotações	
Setores (66)	NE	163594	50092	16009	16127	178386	24345	6916	8152	132538	56741	32828,8594	685730
	SE	65247	1062814	99496	91769	62789	769141	51192	51427	305262	273582	200505,995	3033225
	SUL	14496	79673	295944	24484	22033	46954	226260	16504	92558	85266	67859,4806	972031
	RBR	10356	58503	19347	189394	17545	34963	9544	134637	195872	63882	54458,6648	788501

Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa.

Renda das famílias		
	Estrato de Renda	Salários Mínimos
1	Até R\$830	0 a 2
2	R\$830 - R\$1245	2 a 3
3	R\$1245-R\$2490	3 a 6
4	R\$2490-R\$4150	6 a 10
5	R\$4150-R\$6225	10 a 15
6	R\$6225 ou mais	Mais de 15

Consumo das famílias por Estrato de Renda e Região (Valores em R\$ Milhões)

	Estrato de Renda						Total
	1	2	3	4	5	6	
NE	102.487	25.327	33.612	21.752	18.469	16.153	217.800
SE	281.022	116.265	225.148	126.406	74.633	111.075	934.549
SUL	103.824	45.986	80.739	32.770	21.226	27.206	311.750
RBR	87.727	23.281	33.881	24.609	12.231	14.960	196.688

Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa (MCS 2009).